



SARANDI

Governo Municipal

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0029/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 74/2026

OBJETO

Registro de preços para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva (EPIs e EPCs), para atender às demandas das Secretarias do Município de Sarandi/PR.

RESUMO

Critério de julgamento

☐ Menor preço.

Registro de preços

☐ Sim.

Licitação diferenciada para MPE

☐ Cota reservada para MPE.

Total estimado

☐ R\$ 852.958,39 (oitocentos e cinquenta e dois mil, novecentos e cinquenta e oito reais e trinta e nove centavos)

SESSÃO PÚBLICA



A sessão pública será aberta às 9h do dia 30/06/26.



A licitação será realizada exclusivamente na forma eletrônica, por meio da plataforma compras.gov.br (UASG 988461).



O responsável pela condução da sessão será o Pregoeiro Renan Batista Meyring Portaria nº 2077/2026.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

Secretaria Municipal de Administração

Departamento de Licitações

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Centro – Sarandi - Paraná

licitacao@sarandi.pr.gov.br

(44) 3264-8600

SUMÁRIO

| | | |
|----|---|----|
| 1 | DO OBJETO | 2 |
| 2 | DO REGISTRO DE PREÇOS | 2 |
| 3 | DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO..... | 2 |
| | Da licitação diferenciada para MPE..... | 3 |
| 4 | DO ORÇAMENTO ESTIMADO | 5 |
| 5 | DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO | 5 |
| 6 | DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA | 7 |
| 7 | DA ABERTURA DA SESSÃO | 8 |
| 8 | DOS LANCES E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS | 8 |
| 9 | DA NEGOCIAÇÃO | 12 |
| 10 | DA PROPOSTA DE PREÇO | 12 |
| 11 | DA FASE DE JULGAMENTO | 13 |
| 12 | DA FASE DE HABILITAÇÃO | 15 |
| 13 | DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS | 18 |
| 14 | DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA..... | 19 |
| 15 | DOS RECURSOS | 20 |
| 16 | DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES | 21 |
| 17 | DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO | 24 |
| 18 | DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO | 24 |
| 19 | DAS DISPOSIÇÕES FINAIS | 25 |



Torna-se público que a Prefeitura do Município de Sarandi, por meio da Secretaria Municipal de Administração, sediada na rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Centro – Sarandi – Paraná, realizará Licitação, para Registro de Preços, na modalidade Pregão, pela forma Eletrônica, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do [Decreto nº 2140, de 14 de agosto de 2024](#), e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é o *Registro de preços para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva (EPIs e EPCs), para atender às demandas das Secretarias do Município de Sarandi/PR*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será dividida em item(s) e grupo, sendo este(s) último(s) formado(s) por dois itens, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.2.1 Relativamente ao(s) item(s) isolado(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse;

1.2.2 Relativamente ao grupo, faculta-se ao licitante a participação do grupo se for de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2 DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 A participação nesta licitação não permite a inclusão de outros integrantes, conforme o [Comunicado Interno nº 485/2025-DL](#).

3 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.



3.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

DA LICITAÇÃO DIFERENCIADA PARA MPE

3.5 O item 76, conforme disposto no Termo de Referência, compõem a Cota Reservada para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do inciso III do art. 48 da [Lei Complementar nº 123/06](#). Os demais bens/produtos destinam-se à ampla participação e integram a Cota Principal.

3.5.1 Na hipótese de não haver vencedor para a Cota Reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da Cota Principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da Cota Principal.

3.5.2 Se a mesma empresa vencer a Cota Reservada e a Cota Principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

3.5.3 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das Cotas Reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a Cota Reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração.

3.6 A obtenção do benefício para MPE fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.7 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da [Lei nº 14.133/2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123/06](#) e do [Decreto nº 8.538, de 2015](#).



3.8 Não poderão o disputar esta licitação:

- I. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- II. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- III. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- IV. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- V. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- VI. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- VII. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- VIII. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- IX. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- X. direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9 O impedimento de que trata o inciso IV do subitem 3.8 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



4 DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1 O orçamento estimado da presente contratação **não** será de caráter sigiloso.

5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no subitem anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto no subitem 12.1.1 deste Edital.

5.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- I. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- II. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- III. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- IV. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



5.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2 No item em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.



5.7 A pessoa jurídica que se enquadrar em qualquer das situações previstas nos incisos do §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 não poderá usufruir do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da mesma Lei.

5.8 A falsidade da declaração de que trata os subitens 5.4 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- I. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e



II. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado o valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema.

5.14 O valor final mínimo parametrizado na forma do subitem 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- I. valor unitário e total do item;
- II. marca;
- III. Quantidade cotada (não poderá ser diferente da descrita no Termo de Referência).

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



6.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.7 **O prazo de validade da proposta** não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.8 Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

7 DA ABERTURA DA SESSÃO

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na [data, horário e local indicados neste Edital](#).

7.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8 DOS LANCES E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.2 **Para os itens de 01 e 02 do lote 01, o lance deverá ser ofertado pelo valor unitário de cada item, gerando menor valor do lote;**

8.2.1 **Para os itens de 03 a 76, o lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**

8.3 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



- 8.4 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.5 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo de real).
- 8.6 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 8.7 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 8.8 Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.9 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.10 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.11 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.
- 8.12 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 8.13 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 8.14 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 8.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.



8.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.21 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.21.1 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.22 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.23 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.24 A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores



somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.26 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- I. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- II. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- III. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;
- IV. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

8.27 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- I. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- II. empresas brasileiras;
- III. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- IV. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.28 Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.



9 DA NEGOCIAÇÃO

9.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

9.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

10 DA PROPOSTA DE PREÇO

10.1 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a **proposta de preço** conforme o Anexo II, adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.1.1 Além das informações constantes no modelo da proposta (Anexo II), deverão constar:

- I. descrição do objeto cotado, contendo as especificações da Tabela (s) do Termo de Referência;
- II. marca;
- III. quantidade e unidade de medida;
- IV. valor unitário e total, em real, em algarismo, com no máximo duas casas após a vírgula; e
- V. validade da proposta, conforme exigido no subitem 6.7 deste edital.

10.2 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido acima (subitem 10.1), a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.



11 DA FASE DE JULGAMENTO

11.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no subitem 3.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- I. SICAF;
- II. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- III. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- IV. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União; e
- V. Consulta no Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE-PR para verificar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública.

11.2 A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

11.3 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

11.4 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

11.5 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.5.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.5.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

11.5.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

11.6 Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.



11.7 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

11.8 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.9 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- I. conter vícios insanáveis;
- II. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- III. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- IV. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- VI. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.10 Será considerado indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.11 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

- I. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- II. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.12 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

11.13 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



12 DA FASE DE HABILITAÇÃO

12.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

12.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

12.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

12.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

12.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada na forma da lei.

12.6 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.7 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.8 Serão aceitos registros de CNPJ da licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.9 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

12.10 Será verificado no sistema se o licitante apresentou:



- I. declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- II. sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- III. sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

12.11 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

12.12 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

12.13 Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

12.14 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

12.14.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

12.15 A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.15.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

12.16 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

12.16.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.



12.16.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

12.17 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o subitem 12.15.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até duas horas, para:

- I. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- II. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- III. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- IV. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

12.18 Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

12.19 Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.20 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 12.15.1.

12.21 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

12.22 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.



12.23 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

13 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de cinco dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do licitante convocado, desde que:

- I. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- II. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

13.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

13.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

13.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

13.8 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.



14 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

14.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- I. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- II. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

14.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

14.3 A apresentação de novas propostas na forma deste subitem não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

14.4 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

14.5 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- I. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- II. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

14.6 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- I. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- II. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.



15 DOS RECURSOS

15.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

15.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- I. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- II. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- III. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

15.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

15.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

15.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://sarandi.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes>.



16 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES



16.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- I. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;
- II. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- III. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- IV. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- V. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- VI. fraudar a licitação;
- VII. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- VIII. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- IX. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

16.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- I. advertência;
- II. multa;



III. impedimento de licitar e contratar e

IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

I. a natureza e a gravidade da infração cometida;

II. as peculiaridades do caso concreto;

III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4 A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

16.5 Para as infrações previstas nos incisos I, II e III do subitem 16.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

16.6 Para as infrações previstas nos incisos IV, V, VI, VII, VIII e IX do subitem 16.1, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

16.7 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.8 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.9 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos incisos I, II, III e IV do subitem 16.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.10 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos incisos V, VI, VII, VIII e IX do subitem 16.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos I, II, III e IV do subitem 16.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).



16.11 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no inciso IV do subitem 16.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

16.12 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.13 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.14 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.15 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.16 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16.17 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

16.18 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.



17 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

17.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

17.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados, para o e-mail: *PREGOEIRO1@SARANDI.PR.GOV.BR*.

17.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

17.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

17.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

18 DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

18.1 Fica assegurado ao MUNICÍPIO DE SARANDI/PR o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

18.2 A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

18.3 Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

18.4 A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

18.5 Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.



19 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no Portal de Transparência deste Município, podendo ser acessado pelo link: <https://sarandi.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes>.

19.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ✓ Anexo I - Termo de Referência;
 - Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- ✓ Anexo II – Proposta de Preço (modelo);
- ✓ Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;



- ✓ Anexo IV – Análise de Risco e Matriz de Risco.

Sarandi, 15 de Junho de 2026.

PATRÍCIA DAIANE MORAES DE SOUZA
Secretária Interina de Administração
Portaria nº XXX



SARANDI

GOVERNO MUNICIPAL

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO

Registro de preços para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva (EPIs e EPCs), para atender às demandas das Secretarias do Município de Sarandi/PR.



SUMÁRIO

| | | |
|----|---|----|
| 1 | CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO | 2 |
| 2 | FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO | 22 |
| 3 | DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO..... | 23 |
| 4 | REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO | 23 |
| 5 | MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO..... | 23 |
| 6 | MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO | 25 |
| 7 | CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO..... | 27 |
| 8 | FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR | 30 |
| 9 | ASPECTOS CONTRATUAIS | 34 |
| 10 | ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO | 42 |
| 11 | ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA | 43 |



1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

OBJETO

1.1 *Registro de preços para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva (EPIs e EPCs), para atender às demandas das Secretarias do Município de Sarandi/PR, nos termos da(s) tabela(s) abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.*

| LOTE 01 | | | | | | |
|----------------------------|-------|--|--------|---------|-------------|--------------|
| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | QUANT. | UNID. | VALOR UNIT. | TOTAL |
| 1 | 79021 | Respirador semifacial para dois filtros | 3 | Unidade | R\$ 100,24 | R\$ 300,72 |
| 2 | 78987 | Filtro/Cartucho químico para respirador semifacial contra gases ácidos e vapores | 18 | Par | R\$ 78,70 | R\$ 1.416,60 |
| TOTAL DO LOTE R\$ 1.717,32 | | | | | | |

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | QUANT. | UNID. | VALOR UNIT. | TOTAL |
|------|-------|--|--------|---------|-------------|---------------|
| 3 | 78954 | Avental de cozinha básico | 638 | Unidade | R\$ 22,31 | R\$ 14.233,78 |
| 4 | 78957 | Avental térmico | 579 | Unidade | R\$ 110,72 | R\$ 64.106,88 |
| 5 | 78960 | Bota de PVC - Cano curto | 1673 | Par | R\$ 36,20 | R\$ 60.562,60 |
| 6 | 78961 | Bota de PVC - Cano longo | 1166 | Par | R\$ 41,76 | R\$ 48.692,16 |
| 7 | 78963 | Botina de segurança com biqueira | 671 | Par | R\$ 58,22 | R\$ 39.065,62 |
| 8 | 78971 | Calçado ocupacional - Tipo sapato polimérico | 863 | Par | R\$ 80,35 | R\$ 69.342,05 |
| 9 | 78992 | Luva de látex | 5810 | Par | R\$ 5,89 | R\$ 34.220,90 |
| 10 | 78993 | Luva de látex com revestimento | 1170 | Par | R\$ 6,27 | R\$ 7.335,90 |
| 11 | 79004 | Máscara PFF2 com válvula de exalação | 990 | Unidade | R\$ 2,37 | R\$ 2.346,30 |
| 12 | 79006 | Óculos de proteção ajustável com revestimento - Cinza ou incolor | 513 | Unidade | R\$ 6,25 | R\$ 3.206,25 |
| 13 | 79011 | Placa sinalizadora de piso molhado | 167 | Unidade | R\$ 52,96 | R\$ 8.844,32 |
| 14 | 79013 | Protetor auditivo auricular - Tipo plug | 1314 | Unidade | R\$ 1,84 | R\$ 2.417,76 |
| 15 | 78953 | Apoio ergonômico para os pés | 20 | Unidade | R\$ 71,42 | R\$ 1.428,40 |
| 16 | 78955 | Avental de raspa - Sem mangas | 195 | Unidade | R\$ 43,00 | R\$ 8.385,00 |
| 17 | 78956 | Avental de raspa - Tipo barbeiro (com mangas) | 110 | Unidade | R\$ 77,49 | R\$ 8.523,90 |
| 18 | 78967 | Boné de proteção solar com cobertura de nuca | 200 | Unidade | R\$ 33,52 | R\$ 6.704,00 |
| 19 | 78962 | Bota de PVC - Cano médio | 10 | Par | R\$ 37,87 | R\$ 378,70 |
| 20 | 78964 | Botina de segurança com biqueira e palmilha antiperfurante | 208 | Par | R\$ 130,97 | R\$ 27.241,76 |
| 21 | 78970 | Calçado de segurança com fechamento em cadarço | 58 | Par | R\$ 113,58 | R\$ 6.587,64 |





| | | | | | | |
|----|-------|---|-----|---------|--------------|---------------|
| 22 | 78974 | Capa de chuva - Tipo nylon | 30 | Unidade | R\$ 108,96 | R\$ 3.268,80 |
| 23 | 78975 | Capacete de Segurança - Tipo II Classe B | 93 | Unidade | R\$ 77,30 | R\$ 7.188,90 |
| 24 | 78977 | Capacete de Segurança - Tipo II classe B com protetor facial simples e auditivo acoplados | 100 | Unidade | R\$ 84,29 | R\$ 8.429,00 |
| 25 | 78979 | Chapéu com proteção de nuca - Tipo legionário | 50 | Unidade | R\$ 23,88 | R\$ 1.194,00 |
| 26 | 78980 | Cinta ergonômica | 10 | Unidade | R\$ 45,88 | R\$ 458,80 |
| 27 | 78981 | Cinturão de segurança - Tipo paraquedista com ancoragem dorsal e lateral | 51 | Unidade | R\$ 391,42 | R\$ 19.962,42 |
| 28 | 78986 | Creme de proteção para a pele contra agentes químicos - grupo 2/ óleo resistente | 30 | Unidade | R\$ 8,04 | R\$ 241,20 |
| 29 | 78989 | Lanterna de cabeça | 5 | Unidade | R\$ 71,76 | R\$ 358,80 |
| 30 | 78990 | Lanterna tática | 23 | Unidade | R\$ 36,83 | R\$ 847,09 |
| 31 | 78991 | Luva - Tipo anti-corte | 200 | Par | R\$ 16,79 | R\$ 3.358,00 |
| 32 | 78994 | Luva de malha sintética antiderrapante | 110 | Par | R\$ 6,66 | R\$ 732,60 |
| 33 | 78996 | Luva de raspa - Cano longo | 200 | Par | R\$ 16,06 | R\$ 3.212,00 |
| 34 | 78997 | Luva de raspa - Cano médio | 110 | Par | R\$ 15,16 | R\$ 1.667,60 |
| 35 | 78998 | Luva de vaqueta | 105 | Par | R\$ 14,03 | R\$ 1.473,15 |
| 36 | 79001 | Luva mista de vaqueta e raspa | 270 | Par | R\$ 18,14 | R\$ 4.897,80 |
| 37 | 79002 | Luvas tricotada com palma emborrachada | 200 | Par | R\$ 3,49 | R\$ 698,00 |
| 38 | 79003 | Mangote de proteção - Tipo soldador | 160 | Par | R\$ 29,12 | R\$ 4.659,20 |
| 39 | 79007 | Óculos de proteção contra respingos e impactos - Incolor | 110 | Unidade | R\$ 5,63 | R\$ 619,30 |
| 40 | 79008 | Óculos de proteção de sobreposição - Incolor | 50 | Unidade | R\$ 8,15 | R\$ 407,50 |
| 41 | 79009 | Perneira de segurança | 50 | Par | R\$ 31,52 | R\$ 1.576,00 |
| 42 | 79010 | Perneira de segurança com talas de aço | 50 | Par | R\$ 39,21 | R\$ 1.960,50 |
| 43 | 79012 | Protetor auditivo auricular - Tipo concha | 195 | Unidade | R\$ 56,96 | R\$ 11.107,20 |
| 44 | 79014 | Protetor de roçagem retrátil com rodas | 15 | Unidade | R\$ 1.677,45 | R\$ 25.161,75 |
| 45 | 79016 | Protetor solar com repelente - Fator 60 | 890 | Unidade | R\$ 28,92 | R\$ 25.738,80 |
| 46 | 79017 | Protetor solar com repelente - Fator 60 - 4 litros | 22 | Unidade | R\$ 530,81 | R\$ 11.677,82 |
| 47 | 79019 | Protetor solar sem repelente - Fator 60 | 285 | Unidade | R\$ 23,10 | R\$ 6.583,50 |
| 48 | 79020 | Repelente de insetos | 700 | Unidade | R\$ 17,13 | R\$ 11.991,00 |
| 49 | 79023 | Talabarte em Y com absorvedor de energia | 28 | Unidade | R\$ 157,50 | R\$ 4.410,00 |
| 50 | 79026 | Vestimento - Tipo manga (Manguito) | 285 | Par | R\$ 17,64 | R\$ 5.027,40 |
| 51 | 79504 | Camiseta operacional refletiva | 150 | Unidade | R\$ 47,06 | R\$ 7.059,00 |
| 52 | 79505 | Calça operacional refletiva | 150 | Unidade | R\$ 68,71 | R\$ 10.306,50 |
| 53 | 78965 | Botina de segurança para alta temperatura | 135 | Par | R\$ 181,31 | R\$ 24.476,85 |



| | | | | | | |
|----|-------|--|------|---------|------------|---------------|
| 54 | 78966 | Botina de segurança para trabalhos elétricos | 45 | Par | R\$ 160,44 | R\$ 7.219,80 |
| 55 | 78969 | Calça de segurança para trabalhos elétricos | 106 | Unidade | R\$ 181,49 | R\$ 19.237,94 |
| 56 | 78972 | Camiseta de segurança para trabalhos elétricos | 130 | Unidade | R\$ 208,89 | R\$ 27.155,70 |
| 57 | 78976 | Capacete de Segurança - Tipo II classe B - com protetor de arco elétrico facial e auditivo acoplados | 30 | Unidade | R\$ 131,40 | R\$ 3.942,00 |
| 58 | 78978 | Capuz balaclava para eletricitista - risco 2 (II) NR 10 | 80 | Unidade | R\$ 146,89 | R\$ 11.751,20 |
| 59 | 78985 | Corda de segurança 12 mm para trabalhos em altura | 17 | Rolo | R\$ 457,91 | R\$ 7.784,47 |
| 60 | 78995 | Luva de raspa - Cano curto | 215 | Par | R\$ 10,81 | R\$ 2.324,15 |
| 61 | 79000 | Luva isolante elétrica - Tipo II, classe 2 (17 kV) | 40 | Par | R\$ 617,86 | R\$ 24.714,40 |
| 62 | 79022 | Talabarte de posicionamento | 20 | Unidade | R\$ 208,83 | R\$ 4.176,60 |
| 63 | 79025 | Trava-quedas para corda de 12 mm | 20 | Unidade | R\$ 167,80 | R\$ 3.356,00 |
| 64 | 78958 | Boné - Tipo árabe | 105 | Unidade | R\$ 12,41 | R\$ 1.303,05 |
| 65 | 78959 | Boné com proteção de nuca - Tipo operador de roçadeira | 70 | Unidade | R\$ 47,05 | R\$ 3.293,50 |
| 66 | 78968 | Calça de motosserrista | 10 | Unidade | R\$ 265,58 | R\$ 2.655,80 |
| 67 | 78973 | Capa de chuva - Modelo italiano | 10 | Unidade | R\$ 35,87 | R\$ 358,70 |
| 68 | 78983 | Conjunto de chuva - Tipo motoqueiro | 8 | Unidade | R\$ 100,38 | R\$ 803,04 |
| 69 | 78988 | Kit de EPI - Operador de roçadeira | 10 | Unidade | R\$ 174,62 | R\$ 1.746,20 |
| 70 | 78999 | Luva isolante elétrica - Tipo II, classe 0 (1 kV) | 16 | Par | R\$ 360,07 | R\$ 5.761,12 |
| 71 | 79015 | Protetor facial - Tipo viseira | 50 | Unidade | R\$ 30,10 | R\$ 1.505,00 |
| 72 | 79005 | Óculos de proteção - Incolor | 322 | Unidade | R\$ 4,68 | R\$ 1.506,96 |
| 73 | 79018 | Protetor solar sem repelente - Fator 30 | 160 | Unidade | R\$ 16,49 | R\$ 2.638,40 |
| 74 | 79024 | Touca com aba - Tipo de cozinha | 20 | Unidade | R\$ 14,48 | R\$ 289,60 |
| 75 | 78982 | Conjunto de chuva | 1176 | Unidade | R\$ 59,53 | R\$ 70.007,28 |

Cota Reservada à Participação de ME/EPP:

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | QUANT. | UNID. | VALOR UNIT. | TOTAL |
|------|-------|-------------------|--------|---------|-------------|---------------|
| 76 | 78982 | Conjunto de chuva | 392 | Unidade | R\$ 59,53 | R\$ 23.335,76 |

1.2 Em caso de divergência entre as especificações deste Termo de Referência - TR e as apresentadas no compras.gov.br, prevalecerão sempre deste termo.

1.3 Conforme justificativa apresentada pela Secretaria de Administração por meio do **Comunicado Interno nº 398/2026**, os itens 1 – Respirador Semifacial para Dois Filtros e 2 – Filtro/Cartucho Químico para Respirador Semifacial contra Gases Ácidos e Vapores possuem relação de dependência técnica e funcional. Nesse contexto, considerando a justificativa técnica apresentada pela Secretaria Solicitante, bem como o disposto no art. 40, § 3º, e no





art. 82, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, o julgamento dos itens 1 e 2 será realizado pelo critério de menor preço por lote, em razão da necessidade de fornecimento integrado e compatível dos componentes que compõem a solução.

Por sua vez, os demais itens do certame, correspondentes aos itens 3 a 76, não apresentam interdependência técnica que justifique seu agrupamento, motivo pelo qual serão julgados individualmente pelo critério de menor preço por item, em observância ao princípio do parcelamento, à ampliação da competitividade e à busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

Assim, o presente procedimento adotará, de forma justificada, critérios de julgamento menor preço, **sendo o Lote 1 composto pelos itens 1 e 2, com julgamento pelo menor preço do lote, e os itens 3 a 76 com julgamento pelo menor preço por item**, em conformidade com as características e peculiaridades de cada objeto.

DEMAIS ESPECIFICAÇÕES

| LOTE | ITEM | CÓD. | ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR |
|---------|------|-------|--|
| LOTE 01 | 1 | 79021 | <p>Respirador semifacial para dois filtros:</p> <p>Respirador purificador de ar, tipo peça semifacial para dois filtros químicos.</p> <p>Com corpo moldado em silicone.</p> <p>O corpo da peça deverá possuir duas aberturas laterais, uma de cada lado, e uma abertura frontal, através das quais se encaixa, internamente, um suporte, confeccionado em material plástico rígido.</p> <p>Este suporte apresenta na região das aberturas laterais da peça, duas válvulas de inalação em sua parte traseira e dois encaixas tipo baioneta em sua parte dianteira, onde são fixados diretamente os filtros com encaixa equivalente.</p> <p>Na parte central do suporte, encaixada na abertura frontal da peça, encontra-se localizada uma válvula de exalação.</p> <p>A parte externa do corpo da peça possui um dispositivo de material plástico rígido, que atua como cobertura (tampa) da válvula de exalação.</p> <p>Nas laterais do dispositivo serão utilizados dois tirantes elásticos podendo ser fixos ou deslizantes, os quais servirão para ajustes diferenciados.</p> <p>O tirante localizado na parte inferior possui sistema de fivelas ou presilhas ajustáveis de fechamento e o tirante localizado na parte superior, um suporte para a cabeça, regulável e preso ao mesmo através de fivelas ou presilhas ajustáveis.</p> <p>CARTUCHO OU FILTRO QUÍMICO:</p> <p>O respirador deverá ser utilizado com os seguintes filtros:</p> <p>Filtros químicos classe 1: Cartuchos químicos para proteção contra gás e vapor.</p> <p>Multigases: Vapor Orgânico, Gases Ácidos, Amônia, Metilamina e Formaldeído.</p> <p>Obs: De acordo com os tipos de cartuchos químicos de cada respirador, o mesmo deverá vir acompanhado do retentor para o filtro mecânico equivalente.</p> <p>Cada respirador deverá vir acompanhado com duas partes de cartuchos químicos.</p> <p>Deverá conter de forma clara e legível no corpo do cartucho químico: data de fabricação, prazo de validade, número do lote e número do C.A.</p> <p>O equipamento cartucho ou filtro químico deverá apresentar, no mínimo, 80% do seu</p> |



| | | | |
|--|---|-------|--|
| | | | prazo de validade na data do recebimento. Deverá ser compatível com Filtro/Cartucho químico |
| | 2 | 78987 | Filtro/Cartucho químico para respirador semifacial contra gases ácidos e vapores: Filtro/Cartuchos de gases ácidos e vapores para respirador purificador de ar tipo peça semifacial para dois filtros químicos. Deverá ser compatível com o Respirador semifacial para dois filtros. |

| ITEM | CÓD. | ESPECIFICAÇÃO COMPLEMENTAR |
|------|-------|---|
| 3 | 78954 | Avental de cozinha básico: Comprimento min: 65 cm - máx.: 85 cm Largura min: 50 cm - máx.: 70 cm Avental frontal, de tecido Oxford, com alças para amarração no pescoço e nas costas. Cor: escura neutra. |
| 4 | 78957 | Avental térmico: Medidas: 1,20 x 0,70 m (podendo variar até 5%). Confeccionado em tecido de algodão com tratamento impermeabilizante atóxico e retardante a chamas, tiras para prender e ajustar ao pescoço e cintura. Totalmente costurado com linhas de aramida antichamas. Cor: Azul. Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. |
| 5 | 78960 | Bota de PVC - Cano curto: Tamanhos disponíveis do 33 ao 46 (o tamanho será especificado no pedido). Cano curto, com alta resistência, totalmente impermeável, com superfície exterior lisa, solado antiderrapante, com forro interno, comprimento do cano mínimo de 14 cm. Deve haver, minimamente, as seguintes identificações no produto: o nome do fabricante, data de fabricação e o número do Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Calçado com resistência mínima SRA. Cor: Branca ou Preta. |
| 6 | 78961 | Bota de PVC - Cano longo: Tamanhos disponíveis do 33 ao 46 (o tamanho será especificado no pedido). Cano alto, com alta resistência, totalmente impermeável, com superfície exterior lisa, solado antiderrapante, sem forro, comprimento do cano mínimo de 30 cm. Deve haver, minimamente, as seguintes identificações no produto: o nome do fabricante, data de fabricação e o número do Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Calçado com resistência mínima SRA. Cor: Preta. |
| 7 | 78963 | Botina de segurança com biqueira: Tamanhos: do 34 ao 45 (a ser especificado no momento do pedido). Botina de segurança antiderrapante. Calçado de segurança tipo botina, de uso profissional, para proteção dos pés e do tornozelo, em vaqueta (couro), cor preta. Biqueira de composto plástico de alta performance antiesmagamento (tipo composite), com resistência ao impacto de 200 Joules. |



| | | |
|----|-------|--|
| | | <p>Fechamento lateral em elástico.</p> <p>Gáspea inteira, sem a presença de emenda, forração interna em material têxtil absorvente a suores, resistente a tração e rasgamento.</p> <p>Palmilha interna ou sobre palmilha com tratamento antifungo/bactericida produzido em EVA.</p> <p>Palmilha de montagem fixada ao cabedal através de costura pelo sistema Strobel.</p> <p>Solado com absorção de impacto bidensidade (PU/PU ou PU/TPU) virgem sem a presença de material recuperado, injetado diretamente no cabedal.</p> <p>A entressola em Poliuretano expandido (PU) mais macia, leve e menos densa.</p> <p>A sola ou plataforma inferior externa em Poliuretano (PU) ou Termoplástico Poliuretano (TPU) mais densa para gerar resistência à abrasão, objetos cortantes e perfurantes, flexível para gerar menor impacto, mais aderente com design antiderrapante.</p> <p>Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p> |
| 8 | 78971 | <p>Calçado ocupacional - Tipo sapato polimérico:</p> <p>Tamanhos: do 34 ao 45 (a ser especificado no momento do pedido)</p> <p>Estilo fechado.</p> <p>Confeccionado em material polimérico leve e flexível, como EVA ou TPE.</p> <p>Impermeável.</p> <p>Livre de substâncias nocivas.</p> <p>Com solado antiderrapante com resistência ao escorregamento em pisos cerâmicos e metálicos (com classificação mínima SRC).</p> <p>Com absorção de energia na região do calcanhar (E).</p> <p>Resistência a óleo e combustível (FO).</p> <p>Palminha interna higiênica confeccionada em EVA, PU ou material equivalente, com propriedades antibacterianas e/ou antimicóticas.</p> <p>Resistência à tração, flexão e rasgamento, adequado para uso contínuo em ambientes profissionais.</p> <p>Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p> <p>Cor: Preta ou branca.</p> |
| 9 | 78992 | <p>Luva de látex:</p> <p>Tamanhos disponíveis P, M, G, XG (o tamanho será especificado no pedido).</p> <p>Confeccionada em borracha natural látex, revestida internamente com flocos de algodão, superfície antiderrapante na face palmar e nos dedos.</p> <p>Com comprimento mínimo de 30 cm.</p> <p>Indicada para proteção das mãos contra umidade e produtos químicos, aprovada com desempenho, mínimo, de 1-0-1-0, em conformidade com a norma EN 388 (Resistente à abrasão e ao rasgamento).</p> <p>Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p> |
| 10 | 78993 | <p>Luva de látex com revestimento:</p> <p>Tamanhos disponíveis P, M, G (o tamanho será especificado no pedido).</p> <p>Luva de segurança confeccionada em látex natural revestimento interno tipo "verniz silver", antiderrapante na palma e face palmar dos dedos em conformidade com as normas EN 374 e EN 388.</p> <p>Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p> |
| 11 | 79004 | <p>Máscara PFF2 com válvula de exalação:</p> <p>Tipo respirador e purificador de ar, peça semifacial filtrante para partículas, sem manutenção, formato dobrável, composto, minimamente, por: dois painéis de não tecido e um meio filtrante tratado eletrostaticamente, em microfibras sintéticas e camada filtrante impregnada com</p> |



| | | |
|----|-------|--|
| | | <p>carvão ativado.</p> <p>Deverá possuir 2 (dois) tirantes elásticos, utilizados para o ajuste à cabeça do usuário, fixos à parte central das laterais do respirador. Parte superior externa com tira de material metálico moldável para ajuste ao septo nasal.</p> <p>Deverá ser dotado com válvula de exalação.</p> <p>Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p> |
| 12 | 79006 | <p>Óculos de proteção ajustável com revestimento - Cinza ou incolor:</p> <p>Armação injetada em policarbonato, composta de arco e hastes, deverá possuir revestimento de borracha ou silicone para conforto no apoio nasal.</p> <p>Ajuste no comprimento da haste para diferentes tamanhos de cabeças, com revestimento de borracha ou silicone para conforto da orelha. Lentes com formato em curva para proteção lateral.</p> <p>As lentes deverão dispor de tratamento anti-risco e antiembaçante.</p> <p>Proteção contra raios ultravioletas e impacto de partículas volantes.</p> <p>De acordo com a norma técnica ANSI/ISEA Z87.1-2025.</p> <p>Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p> <p>Cor das lentes: cinza ou incolor.</p> |
| 13 | 79011 | <p>Placa sinalizadora de piso molhado:</p> <p>Altura: mínima de 60 cm.</p> <p>Largura: mínima na base de 25 cm e de 20 cm na parte superior.</p> <p>Dobrável e compacta, com abertura para fixá-la no carro funcional, com dizeres: "CUIDADO PISO MOLHADO" e "CAUTION WET FLOOR".</p> <p>Utilizada nas situações em que o posicionamento das placas deve ser alterado constantemente como limpeza, manutenção, serviços temporários em diversos locais.</p> <p>Deve possuir grande visibilidade e resistência.</p> <p>Material: polipropileno de alta resistência.</p> <p>Cor predominante: Amarela.</p> <p>Cor da escrita: Preta.</p> |
| 14 | 79013 | <p>Protetor auditivo auricular - Tipo plug:</p> <p>Composto de três flanges em silicone, tipo plug, com cordão.</p> <p>O produto se destina à proteção do sistema auditivo do usuário contra níveis de pressão sonora em ambientes ruidosos, com atenuação, mínima, de 13 decibéis.</p> <p>Deve possuir número do Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.</p> <p>A unidade refere-se ao protetor auditivo tipo plug para os dois ouvidos.</p> |
| 15 | 78953 | <p>Apoio ergonômico para os pés:</p> <p>Medidas mínimas da plataforma: 450 x 290 mm.</p> <p>Destinado ao uso em estações de trabalho.</p> <p>Material: Polímero resistente.</p> <p>Plataforma antiderrapante.</p> <p>Base com elementos antiderrapantes, garantindo estabilidade durante o uso.</p> <p>Cor: escura neutra.</p> |
| 16 | 78955 | <p>Avental de raspa - Sem mangas:</p> <p>Medidas mínimas 120 x 60 cm (podendo variar até 5%).</p> <p>Avental raspa de couro, sem mangas com tiras para fixação ao pescoço e cintura e costuras reforçadas.</p> |



| | | |
|----|-------|--|
| | | Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. |
| 17 | 78956 | <p>Avental de raspa - Tipo barbeiro (com mangas):</p> <p>Tamanho mínimo: 1,20 m de altura com 60 cm de largura (podendo variar até 10%).</p> <p>Confeccionado em raspa de couro bovino, curtido ao cromo, com mangas longas com elásticos nos punhos, sem emenda na parte frontal, costurado com aramida, com tiras laterais para fixação e ajuste do avental em raspa de couro fixadas por costura, com fivelas metálicas para ajuste das tiras, com palas nas costas, com no mínimo, dois elásticos de ajuste.</p> <p>Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p> |
| 18 | 78967 | <p>Boné de proteção solar com cobertura de nuca:</p> <p>Vestimenta tipo boné, para proteção de cabeça, pescoço e face contra raios solares UVB e UVA.</p> <p>Produzido em tecido 100% poliéster para melhor absorção de suor.</p> <p>Aba plástica frontal de 5 a 7 cm.</p> <p>Proteção traseira estendida de pescoço com comprimento, mínimo, de 20 cm.</p> <p>Regulagem através de presilha plástica na parte de trás, para diferentes tamanhos de cabeça.</p> <p>A cor do item será definida pela Contratante no momento do pedido, dentre as opções disponibilizadas.</p> |
| 19 | 78962 | <p>Bota de PVC - Cano médio:</p> <p>Tamanhos disponíveis do 33 ao 46 (o tamanho será especificado no pedido).</p> <p>Cano médio, com alta resistência, totalmente impermeável, com superfície exterior lisa, de uso profissional, confeccionada em peça única, comprimento do cano mínimo de 25 cm.</p> <p>Solado antiderrapante, forração interna em poliéster.</p> <p>Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p> <p>Calçado com resistência SRA e FO.</p> <p>Cor: branca ou preta.</p> |
| 20 | 78964 | <p>Botina de segurança com biqueira e palmilha antiperfurante:</p> <p>Tamanhos: do 34 ao 45 (a ser especificado no momento do pedido)</p> <p>Calçado de segurança tipo botina, de uso profissional, para proteção dos pés e do tornozelo, em vaqueta (couro), cor preta.</p> <p>Biqueira de composto plástico de alta performance antiesmagamento (tipo composite), com resistência ao impacto de 200 Joules.</p> <p>Fechamento lateral em elástico.</p> <p>Gáspea inteira, sem a presença de emenda, forração interna em material têxtil absorvente a suores, resistente a tração e rasgamento.</p> <p>Palmilha interna ou sobre palmilha com tratamento anti fuga/antibactericida produzido em EVA.</p> <p>Palmilha de montagem fixada ao cabedal através de costura pelo sistema Strobel.</p> <p>Palmilha antiperfurante, fixada de acordo com as normas vigente.</p> <p>Solado com absorção de impacto bidensidade (PU/PU ou PU/TPU) virgem sem a presença de material recuperado, injetado diretamente no cabedal.</p> <p>A entressola em Poliuretano expandido (PU) mais macia, leve e menos densa.</p> <p>A sola ou plataforma inferior externa em Poliuretano (PU) ou Termoplástico Poliuretano (TPU), flexível para gerar menor impacto, mais aderente com design antiderrapante.</p> <p>Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p> |
| 21 | 78970 | <p>Calçado de segurança com fechamento em cadarço:</p> <p>Tamanhos disponíveis do 34 ao 45 (o tamanho será especificado no pedido).</p> <p>Calçado de segurança tipo sapato.</p> |



| | | |
|----|-------|---|
| | | <p>Tipo profissional, para uso em atividades de natureza leve.</p> <p>Cabedal confeccionado em couro bovino (liso ou relax), com resistência a tração e rasgamento.</p> <p>Forração interna em material têxtil ou não tecido, com capacidade de absorção e dessorção de suor.</p> <p>Palmilha de montagem em material sintético ou não tecido, fixada ao cabedal pelo sistema Strobel.</p> <p>Palmilha de conforto removível, com propriedades de absorção de impacto e conforto do usuário.</p> <p>Solado em poliuretano (PU), injetado diretamente no cabedal, com propriedades antiderrapantes (SRA).</p> <p>Sistema de absorção de energia na região do calcanhar.</p> <p>Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p> <p>Cor: Preto neutro.</p> |
| 22 | 78974 | <p>Capa de chuva - Tipo nylon:</p> <p>Deverá atender as dimensões mínimas referentes aos tamanhos: Comprimento (em centímetros) P: 110/M: 115 /G:120/ GG:125 / GGX: 130; Manga: P:58/M: 60/G: 62/GG:64/ GGX: 66; Tórax: P: 60 /M: 62 / G: 65 / GG: 68 / GGX: 71.</p> <p>Confeccionada em tecido sintético, tipo nylon, impermeabilizado, com resina polimérica, sendo uma face em poliamida e outra em PVC, emendas através de costuras impermeabilizadas, fechamento frontal, com capuz fixo ajustado por cadarços com regulador e ponteiras em PVC, punhos ajustados com elástico.</p> <p>Níveis de desempenho segundo a BS EN 43:2003+A1:2007:</p> <p>3 — Resistência à penetração de água, que varia de 1 a 3, sendo 3 o melhor resultado;</p> <p>1 — Resistência ao vapor de água, que varia de 1 a 3, sendo 3 o melhor resultado.</p> |
| 23 | 78975 | <p>Capacete de Segurança - Tipo II Classe B:</p> <p>Capacete tipo II - Classe B, com jugular.</p> <p>O casco deve ser confeccionado em polietileno de alta densidade.</p> <p>Com resistência dielétrica.</p> <p>Apresentar alta resistência mecânica.</p> <p>Sem porosidade, trincas ou emendas, nem partes metálicas ou perfurações.</p> <p>Com aba frontal que se prolongue sobre os olhos.</p> <p>Com carneira ajustável aceitar diversas medidas de cabeça, com sistema de regulação por catraca giratória.</p> <p>A carneira deve ter um mínimo de quatro pontos de fixação, com abertura para encaixe de jugular.</p> <p>Testeira que integra a carneira e revestida de material absorvente a suor.</p> <p>Revestimento da testeira confeccionada com tecido confortável ao contato com a testa.</p> <p>Deverá possuir jugular têxtil com regulação.</p> <p>Deve possuir número do Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.</p> <p>Deverá possuir em cores diversas como: amarelo, branco, azul, vermelho, verde, laranja (a ser definida no momento do pedido).</p> |
| 24 | 78977 | <p>Capacete de Segurança - Tipo II classe B com protetor facial simples e auditivo acoplados:</p> <p>Capacete com proteção auditiva e facial.</p> <p>Kit combinado de proteção da cabeça, facial e auditiva: capacete de segurança com proteção auditiva e facial, classe b, tipo II (com aba frontal), confeccionado em material plástico de alta densidade.</p> |



| | | |
|----|-------|---|
| | | <p>Deve permitir ancoragem de diversos sistemas de proteção ao casco (auditiva e facial).</p> <p>Capacete com performance de absorção de impacto de acordo com a exigência da norma NBR 8221:2019.</p> <p>A carneira deve ter um mínimo quatro pontos de fixação no casco e estar posicionada em forma de cruz com abertura para encaixe de jugular.</p> <p>Suporte para montar conjuntamente tela facial e um protetor auditivo de acoplar ao capacete de segurança.</p> <p>Fornece ao usuário proteção facial, auditiva e à cabeça simultaneamente.</p> <p>Com tela de proteção facial que apresenta uma malha plástica dentro da armação feita em material plástico.</p> <p>Articulado para levantar a tela facial. Indicado para tarefas florestais como corte e poda, etc.</p> <p>Protege o rosto de gravetos, vegetação e partículas.</p> <p>Protetor auditivo de segurança tipo concha, constituído por duas conchas em plástico, revestidas com almofadas de espuma em suas laterais, com espumas no interior das conchas.</p> <p>Possui também uma haste de fixação móvel, para manter as conchas firmes e presas ao capacete de segurança.</p> <p>Protetor de ouvido com nível de proteção de no mínimo 19db.</p> <p>Certificados de Aprovação do capacete, e do protetor auditivo ambos válidos pelo MTE.</p> <p>A cor do item será definida pela Contratante no momento do pedido, dentre as opções disponibilizadas.</p> |
| 25 | 78979 | <p>Chapéu com proteção de nuca - Tipo legionário:</p> <p>Tamanhos disponíveis: 54 a 55 para P, 56 a 57 para M, 58 a 59 para G, 60 a 61 para GG (a ser especificado no momento do pedido).</p> <p>Chapéu tipo legionário com saia pala, para proteção de cabeça e pescoço contra radiação solar, em tecido brim 100% algodão.</p> <p>O chapéu deverá possuir nas laterais, botões de pressão que permitam que as abas fiquem soltas ou presas.</p> <p>Aba com no mínimo 8 cm, para a máxima proteção do rosto, comprimento da pala minimamente 25 cm.</p> <p>Possibilidade de fechar a pala a frente do pescoço através de botão de pressão.</p> <p>Jugular com cordão em poliéster e com pingente de plástico para regulagem de tamanho.</p> <p>A cor do item será definida pela Contratante no momento do pedido, dentre as opções disponibilizadas.</p> |
| 26 | 78980 | <p>Cinta ergonômica:</p> <p>Tamanhos disponíveis do PP, P, M, G, XG e XXG (o tamanho será especificado no pedido).</p> <p>Com elástico reforçado na lombar com hastes duplas.</p> <p>Fechamento com ajuste duplo.</p> <p>Velcro de alta aderência.</p> <p>Costuras em nylon de alta resistência.</p> <p>Flanges de PVC maleável.</p> <p>Suspensório em elástico com regulagem de comprimento.</p> |
| 27 | 78981 | <p>Cinturão de segurança - Tipo paraquedista com ancoragem dorsal e lateral:</p> <p>Cinturão:</p> <p>Confeccionado em fitas de poliéster, almofadado na cintura e nas pernas;</p> <p>Dotado de fivelas para ajuste nas pernas e na cintura, bem como sistema de ajuste superior (peitoral, ombros e/ou região dorsal), de forma a permitir a adequada regulagem e adaptação do cinturão ao corpo do usuário, garantindo correto posicionamento no tronco;</p> <p>Deverá possuir, no mínimo, 5 pontos de engate em argolas de metal, incluindo pontos para</p> |



| | | |
|----|-------|---|
| | | <p>peitoral, dorsal, umbilical e dois laterais na cintura;</p> <p>Com dois tamanhos — 1 (P-M) e 2 (G e GG), a ser especificado a quantidade de cada tamanho no momento do pedido.</p> <p>Talabarte:</p> <p>Em forma de y, confeccionado em fitas de poliéster;</p> <p>Em uma extremidade com 2 mosquetões classe A em aço;</p> <p>Na outra extremidade com absorvedor de energia com mosquetão classe T em aço;</p> <p>Para utilização em conjunto com Cinturão de segurança.</p> <p>Ambos os equipamentos deverão possuir Certificado de Aprovação (CA) válido, expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego.</p> <p>O CA do cinturão deverá prever a compatibilidade de uso com o talabarte ofertado.</p> |
| 28 | 78986 | <p>Creme de proteção para a pele contra agentes químicos - grupo 2/ óleo resistente:</p> <p>Creme de Proteção para a pele contra agentes químicos, classificado como grupo 2/ óleo resistente, sólido, sob forma de creme homogêneo, com no mínimo 200 g.</p> <p>Deve ser hipoalergênico, fornecer real e adequada proteção, isto é, sendo estável frente aos agentes químicos contra os quais pretende proteger.</p> <p>O produto deve ter boa persistência sobre a pele, ou seja, não deve ser desprendido pelos movimentos nem pelo suor, ou esfarelar-se pela secagem, sendo eficaz sobre todos os tipos de pele, tanto alípidicas como oleosas, desidratadas como hidratadas e estando de acordo com as condições de trabalho, com facilidade de remoção.</p> <p>Não devem requerer detergentes especiais, bastando a retirada do excesso com papel toalha ou estopa limpa e uma simples lavagem dentro das normas gerais de higiene.</p> <p>Validade mínima de 2 anos após a data da fabricação. O produto deverá ter no máximo 2 meses de estocagem contados da data da fabricação.</p> <p>Apresentar CA do MTE válido, aprovado para: Proteção dos membros superiores do usuário contra riscos provenientes de produtos químicos: Tolueno, xileno, benzina, thinner, aguarrás, gasolina, óleo mineral, óleo diesel, querosene, pós em geral, ácido fosfórico diluído a 15%, ácido clorídrico diluído a 15%, ácido sulfúrico diluído a 15%, ácido acético diluído a 10% e hidróxido de sódio diluído a 10%.</p> <p>Classificado como: Creme protetor classificado como Grupo 2 - Óleo-Resistente.</p> <p>Atender a Norma ABNT NBR 16276/2018.</p> |
| 29 | 78989 | <p>Lanterna de cabeça:</p> <p>Lanterna de cabeça com iluminação em LED, resistente à água, com regulagem de inclinação do fecho de luz.</p> <p>Deve possuir bateria recarregável, devendo acompanhar cabo de carregamento.</p> <p>Deve possuir múltiplos modos de iluminação (mínimo alto e baixo, podendo incluir modo intermitente), com acionamento por botão.</p> |
| 30 | 78990 | <p>Lanterna tática:</p> <p>Lanterna portátil compacta, com iluminação em LED de alta intensidade, dotada de múltiplos modos de operação, incluindo no mínimo: modo de alta intensidade, modo de baixa intensidade, iluminação lateral branca (tipo lâmpião) e sinalização lateral em luz vermelha.</p> <p>Deve possuir sistema de ajuste de foco (zoom) para variação do feixe de luz, bem como resistência à água (mínimo IPX4 ou equivalente).</p> <p>Deve ser equipada com bateria recarregável, com porta de carregamento padrão USB (tipo C ou equivalente).</p> |
| 31 | 78991 | <p>Luva - Tipo anti-corte:</p> <p>Tamanhos disponíveis P, M ou G (o tamanho será especificado no pedido).</p> <p>Luva anti-corte confeccionada em fibras sintéticas de alta resistência (como polietileno de</p> |



| | | |
|----|-------|--|
| | | <p>alta performance - HPPE ou equivalente), com estrutura tricotada.</p> <p>Deve possuir revestimento em material antiderrapante na palma e ponta dos dedos.</p> <p>Punho com elasticidade adequada para ajuste ao usuário.</p> <p>Indicada para proteção das mãos contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes.</p> <p>Na norma BS EN 388:2016 deverá possuir desempenho mínimo: 3X42D</p> <p>Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p> |
| 32 | 78994 | <p>Luva de malha sintética antiderrapante:</p> <p>Tamanhos disponíveis P, M ou G (o tamanho será especificado no pedido).</p> <p>Luva de segurança em malha de fibras sintéticas revestimento em látex com grip antiderrapante, aprovada com desempenho, mínimo, de 2131, em conformidade com a norma EN 388.</p> <p>Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p> |
| 33 | 78996 | <p>Luva de raspa - Cano longo:</p> <p>Tamanho: 9.</p> <p>Luva de segurança em raspa de couro cano longo.</p> <p>Par de luvas de proteção com cinco dedos com cano (forma L), servindo de cobertura para a mão, pulso e antebraço.</p> <p>Confeccionada em raspa curtida no cromo, reforço interno na palma e face palmar dos dedos, reforço externo entre polegar e indicador. Punho com cano de 20 cm.</p> <p>Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p> |
| 34 | 78997 | <p>Luva de raspa - Cano médio:</p> <p>Tamanhos disponíveis P, M e G (o tamanho será especificado no pedido).</p> <p>Luva de segurança em raspa de couro cano médio.</p> <p>Par de luvas de proteção com cinco dedos com cano (forma L), servindo de cobertura para a mão, pulso e antebraço.</p> <p>Confeccionada em raspa curtida no cromo, reforço interno na palma e face palmar dos dedos, reforço externo entre polegar e indicador. Punho com cano de 15 cm.</p> <p>Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p> |
| 35 | 78998 | <p>Luva de vaqueta:</p> <p>Tamanhos disponíveis 8, 9 e 10 (o tamanho será especificado no pedido).</p> <p>Luva de segurança, confeccionada em vaqueta, tira de reforço em vaqueta entre os dedos polegar e indicador, reforço interno na palma, deverá possuir proteção contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes.</p> <p>Comprimento total mínimo de 25 cm.</p> <p>Acabamento do cano em viés.</p> <p>Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p> |
| 36 | 79001 | <p>Luva mista de vaqueta e raspa:</p> <p>Confeccionada em vaqueta na face palmar.</p> <p>Com dorso e cano em couro tipo raspa, curtida ao cromo.</p> <p>Par de luvas de proteção com cinco dedos com cano (forma L), servindo de cobertura para a mão, pulso e antebraço.</p> <p>Com reforço interno na palma e face palmar dos dedos, reforço externo entre polegar e indicador.</p> <p>Punho com cano de, no mínimo, 30 cm, com acabamento em viés.</p> <p>Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p> |



| | | |
|----|-------|---|
| 37 | 79002 | <p>Luvras tricotada com palma emborrachada:</p> <p>Tamanhos disponíveis P, M, G, GG (o tamanho será especificado no pedido).</p> <p>Tricotada em fios de poliamida e algodão, revestida com borracha espumada preta na face palmar e pontas dos dedos.</p> <p>Com punho elástico.</p> <p>Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p> |
| 38 | 79003 | <p>Mangote de proteção - Tipo soldador:</p> <p>Mangote de proteção confeccionado em raspa de couro bovino.</p> <p>Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p> |
| 39 | 79007 | <p>Óculos de proteção contra respingos e impactos – Incolor:</p> <p>Deverá possuir proteção contra respingos químicos e biológicos e impactos de fragmentos.</p> <p>Com armação frontal e hastes confeccionados em policarbonato, com ajuste no comprimento.</p> <p>Lentes confeccionadas em policarbonato, de, no mínimo 2,2 mm de espessura e 4,5 cm de altura, com revestimento antiembaçante e tratamento anti-risco, com suporte nasal.</p> <p>As lentes deverão ser uniformes e sem ondulações, sem grau de correção visual.</p> <p>Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p> <p>Cor da lente: incolor.</p> |
| 40 | 79008 | <p>Óculos de proteção de sobreposição – Incolor:</p> <p>Óculos de segurança de sobreposição aos óculos de grau, constituído de armação e visor em uma única peça.</p> <p>Confeccionado em policarbonato, dotado de proteção lateral com ventilação, hastes do tipo espátulas e com lentes incolores.</p> <p>Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p> |
| 41 | 79009 | <p>Perneira de segurança:</p> <p>Confeccionada em duas camadas de material sintético, com no mínimo três talas de polipropileno injetadas afixadas através de costura eletrônica, com fechamento em velcro, acabamento em costuras nas bordas em viés.</p> <p>Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p> <p>Cor: Preta ou marrom</p> |
| 42 | 79010 | <p>Perneira de segurança com talas de aço:</p> <p>Confeccionada em material sintético, com no mínimo três talas em aço revestidas em PVC, com tiras em nylon com fivelas plásticas para ajustes, metatarso em material sintético, com protetor em polipropileno ou reforço de cabos de aço revestidos por PVC.</p> <p>Fechamento através de solda eletrônica e costuras.</p> <p>Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p> |
| 43 | 79012 | <p>Protetor auditivo auricular - Tipo concha:</p> <p>Protetor auditivo auricular.</p> <p>Constituído por dois abafadores de ruído em forma de concha, preenchido com espuma anti-ruído e recoberto nas bordas com almofadas.</p> <p>Com parte externa montado simetricamente nas extremidades de uma haste-suporte ajustável (com regulagem) em forma de arco, adaptável à cabeça humana, podendo ser de material metálico almofadado.</p> <p>Permitindo que cada abafador se aplique sob pressão aos respectivos pavilhões auriculares.</p> <p>Com atenuação mínima de 23 dB em NRRsf.</p> <p>Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p> |
| 44 | 79014 | <p>Protetor de roçagem retrátil com rodas:</p> |



| | | |
|----|-------|---|
| | | <p>Protetor de roçagem retrátil.</p> <p>Estrutura ajustável que garante versatilidade para diferentes espaços e situações de uso</p> <p>Estrutura em aço EA galvanizado com pintura resistente, tela de polietileno de alta densidade (PEAD).</p> <p>Acabamento da tela: bordas com vinil reforçado e costura tripla com linha de nylon.</p> <p>Com 4 rodinhas de borracha maciça e trava nas rodas da frente</p> <p>Altura mínima de 1,5 metro</p> <p>Comprimento regulável de minimamente 3 metros.</p> |
| 45 | 79016 | <p>Protetor solar com repelente - Fator 60:</p> <p>Frasco com minimamente 120 ml.</p> <p>Uso profissional.</p> <p>Loção cremosa.</p> <p>Não oleosa.</p> <p>Resistente à água e suor.</p> <p>Fator 60.</p> <p>Com repelente.</p> <p>Com filtro contra radiações UVA e UVB, UVA superior ou igual a 1/3 de UVB.</p> <p>Com vitamina E.</p> <p>Sem corantes.</p> <p>Formulação do produto não deverá possuir ingredientes perigosos à pele e a saúde.</p> <p>Não comedogênica.</p> <p>Não formador de comedões (cravos e espinhas).</p> <p>Hipoalérgico.</p> <p>Dermatologicamente testado.</p> <p>Duração do produto de no mínimo 04 (quatro) horas na pele, oferecendo proteção contra os efeitos nocivos da radiação solar e prevenindo queimaduras solares.</p> <p>Com certificado válido da ANVISA.</p> <p>Validade mínima de 12 (doze) meses, contado do momento da entrega.</p> |
| 46 | 79017 | <p>Protetor solar com repelente - Fator 60 - 4 litros:</p> <p>Embalagem plástica com, no mínimo, 4 litros de protetor solar.</p> <p>Tampa com bico dosador.</p> <p>Uso profissional.</p> <p>Loção cremosa.</p> <p>Não oleosa.</p> <p>Resistente à água e suor.</p> <p>Fator 60.</p> <p>Com repelente.</p> <p>Com filtro contra radiações UVA e UVB, UVA superior ou igual a 1/3 de UVB.</p> <p>Com vitamina E.</p> <p>Sem corantes.</p> <p>Formulação do produto não deverá possuir ingredientes perigosos à pele e a saúde.</p> <p>Não comedogênica.</p> <p>Não formador de comedões (cravos e espinhas).</p> <p>Hipoalérgico.</p> <p>Dermatologicamente testado.</p> |



| | | |
|----|-------|---|
| | | <p>Duração do produto de no mínimo 04 (quatro) horas na pele, oferecendo proteção contra os efeitos nocivos da radiação solar e prevenindo queimaduras solares.</p> <p>Com certificado válido da ANVISA.</p> <p>Validade mínima de 12 (doze) meses, contado do momento da entrega.</p> |
| 47 | 79019 | <p>Protetor solar sem repelente - Fator 60:</p> <p>Frasco com minimamente 120 ml.</p> <p>Uso profissional.</p> <p>Loção cremosa.</p> <p>Não oleosa.</p> <p>Resistente à água e suor.</p> <p>Fator 60.</p> <p>Sem repelente.</p> <p>Com filtro contra radiações UVA e UVB, UVA superior ou igual a 1/3 de UVB.</p> <p>Com vitamina E.</p> <p>Sem corantes.</p> <p>Formulação do produto não deverá possuir ingredientes perigosos à pele e a saúde.</p> <p>Não comedogênica.</p> <p>Não formador de comedões (cravos e espinhas).</p> <p>Hipoalérgico.</p> <p>Dermatologicamente testado.</p> <p>Duração do produto de no mínimo 04 (quatro) horas na pele, oferecendo proteção contra os efeitos nocivos da radiação solar e prevenindo queimaduras solares.</p> <p>Com certificado válido da ANVISA.</p> <p>Validade mínima de 12 (doze) meses, contado do momento da entrega.</p> |
| 48 | 79020 | <p>Repelente de insetos:</p> <p>Frasco de 200 ml com válvula spray.</p> <p>Repelente de insetos de uso tópico não oleoso.</p> <p>Ingrediente ativo N, N-dietil-meta-toluamida (DEET) ou Hydroxyethyl isobutyl piperidine carboxilate (Icaridin ou Picaridin).</p> <p>Hipoalérgico e dermatologicamente testado.</p> <p>Mínimo de 4 horas de eficácia repelente contra mosquitos.</p> <p>Registro no Ministério da Saúde como cosmético grau 2.</p> <p>Validade mínima de 12 (doze) meses, contado do momento da entrega.</p> |
| 49 | 79023 | <p>Talabarte em Y com absorvedor de energia:</p> <p>Confeccionado em cadarço de poliéster 25 mm.</p> <p>Na extremidade dupla 2 mosquetões de 55 mm, "dupla trava".</p> <p>Abertura de 55 mm fixado por meio de costura reforçada, e na outra extremidade mosquetão francês, "dupla trava" abertura de 17 mm.</p> <p>Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p> |
| 50 | 79026 | <p>Vestimento - Tipo manga (Manguito):</p> <p>O tamanho mínimo aceitável, equivale a medida do comprimento entre o bíceps e o punho sendo para: P – 41 a 43 cm / M – 45 a 48 cm / G – 46 a 49 cm / GG – 47 a 51 cm / EGG – 50 a 54 cm.</p> <p>Vestimenta tipo manga - ou (manguito)</p> <p>Com fator de proteção solar mínima UVA e UVB 50.</p> <p>O tecido deve ser respirável e resistente as lavagens com validade indeterminada, oferecendo</p> |



| | | |
|----|-------|---|
| | | <p>proteção durante toda sua vida útil.</p> <p>Alto nível de elasticidade permitindo moldar-se aos braços sem comprimir.</p> <p>Cor: Preta</p> |
| 51 | 79504 | <p>Camiseta operacional refletiva:</p> <p>Tamanhos disponíveis do P, M, G e GG (o tamanho será especificado no pedido).</p> <p>Confeccionado em malha poliéster/viscose (PV), com teor de poliéster entre 65% e 70% e viscose entre 30% e 35%;</p> <p>Equipado com faixas reflexivas de segurança;</p> <p>Mangas longas com acabamento em ribanas no punho;</p> <p>Com gola redonda;</p> <p>A cor do item será definida pela contratante no momento do pedido, dentre as opções disponibilizadas.</p> |
| 52 | 79505 | <p>Calça operacional refletiva:</p> <p>Tamanhos disponíveis do P, M, G e GG (o tamanho será especificado no pedido).</p> <p>Confeccionado em Brim 100% algodão, com alta resistência à abrasão e rasgo;</p> <p>Equipado com faixas reflexivas de segurança;</p> <p>Ajuste na cintura por meio de elástico e passante para conto;</p> <p>Deverá conter 2 (dois) bolsos frontais e 1 (um) bolso posterior;</p> <p>A cor do item será definida pela contratante no momento do pedido, dentre as opções disponibilizadas.</p> |
| 53 | 78965 | <p>Botina de segurança para alta temperatura:</p> <p>Tamanhos disponíveis do 35 ao 45 (o tamanho será especificado no pedido).</p> <p>Calçado ocupacional de uso profissional tipo botina, fechamento em elástico na lateral, confeccionado em couro curtido ao cromo.</p> <p>Forro interno em material têxtil.</p> <p>Palmilha de montagem em material sintético, costurada pelo processo strobil.</p> <p>Palmilha de Limpeza: Deve ser de EVA, com tratamento antibacteriano e antifungo; Espessura mínima de 2,5 mm.</p> <p>Solado em borracha nitrílica com resistência ao calor por contato até 300° C por até um minuto (HRO) e com propriedade antiderrapante.</p> <p>Biqueira em composto plástico para conformação, com resistência ao impacto de 200 Joules.</p> <p>Garantia de Qualidade 6 (seis) meses contra qualquer defeito de fabricação em situações normais de utilização.</p> <p>Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p> |
| 54 | 78966 | <p>Botina de segurança para trabalhos elétricos:</p> <p>Tamanhos disponíveis do 34 ao 45 (o tamanho será especificado no pedido).</p> <p>Calçado de segurança com isolamento elétrico, botina tipo B classe I, SI isolante elétrico para trabalhos em instalações elétricas de baixa tensão até 500 V em ambiente seco.</p> <p>Cabedal confeccionado 100% em couro bovino, isento de furos ou quaisquer marcas.</p> <p>Fechamento por cadarço com no mínimo 4 ilhoses sem nenhum componente metálico.</p> <p>Lingueta em vaqueta acolchoada com a finalidade de proteger o pé do contato com os cadarços.</p> <p>Forração interna em material têxtil, resistente ao rasgamento.</p> <p>Palmilha de montagem resistente a penetração de agentes perfurantes, não metálica, protegendo 100% da superfície plantar do pé, costurada pelo sistema strobil.</p> <p>Palmilha de conforto removível, em Etileno Acetato de Vinil (EVA) ou Poliuretano PU com propriedades bactericidas, fungicidas, de redução de odores, com resistência a compressão,</p> |



| | | |
|----|-------|---|
| | | <p>com espessura mínima de 4 mm.</p> <p>Biqueira de composto plástico com resistência contra impacto a 200 joules e contra carga de compressão de no mínimo 15 KN.</p> <p>Contraforte estrutural na região do calcanhar termoplástico, termoconformado e totalmente recoberto entre o cabedal e o avesso.</p> <p>Solado com absorção de impactos bidensidade (PU/PU ou PU/TPU), injetado diretamente no cabedal.</p> <p>Com formato ou desenho antiderrapante, com canais para escoamento de água.</p> <p>Nível de resistência ao escorregamento SRC.</p> <p>Configuração mínima: (SI / E/ SRC / P).</p> <p>Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p> <p>O calçado deverá possuir garantia mínima de 6 meses, para qualquer defeito de fabricação que deverão ser imediatamente repostos sem qualquer ônus para o licitante.</p> <p>Por este equipamento ser utilizado por profissionais com exposição a risco elétrico deverá atender a ABNT NBR 16603:2017.</p> <p>Cor Escura neutra (preto, marrom, cinza ou equivalente).</p> |
| 55 | 78969 | <p>Calça de segurança para trabalhos elétricos:</p> <p>Tamanhos disponíveis P, M, G e GG (o tamanho será especificado no pedido).</p> <p>Calça de segurança antichama para trabalhos elétricos com proteção contra arco voltaico classe de risco 2 conforme NR-10, meio elástico no cós, mínimo 05 passantes, com 02 bolsos frontais e 02 bolsos traseiros;</p> <p>Vista com fechamento da braguilha através de botões;</p> <p>Costuras Reforçadas.</p> <p>Materiais: Linha resistente a chamas.</p> <p>Tecido 100% algodão com tratamento retardante a chamas, ATPV mínimo de 9,9 cal/cm².</p> <p>Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) no órgão nacional competente.</p> <p>A cor do item será definida pela Contratante no momento do pedido, dentre as opções disponibilizadas.</p> |
| 56 | 78972 | <p>Camiseta de segurança para trabalhos elétricos:</p> <p>Tamanhos disponíveis M, G e GG (o tamanho será especificado no pedido).</p> <p>Camisa de segurança antichama.</p> <p>Manga longa para trabalhos elétricos.</p> <p>Com proteção contra arco voltaico de risco 2, em conformidade com a NR-10.</p> <p>Com punho e carcela, botão e caseado, fechamento frontal com vista embutida, fechamento com botão e caseados.</p> <p>Gola tipo esporte.</p> <p>Com 1 (um) bolso superior lado esquerdo.</p> <p>Costuras reforçadas.</p> <p>Travetes nos pontos vulneráveis.</p> <p>Medida de proteção ATPV no peito superior lado direito em bordado.</p> <p>Com linha meta aramida resiste a chamas.</p> <p>Tecido: sarja 3x1 100% algodão retardante a chamas ATPV 9,9 cal/cm².</p> <p>Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p> <p>A cor do item será definida pela Contratante no momento do pedido, dentre as opções disponibilizadas.</p> |
| 57 | 78976 | <p>Capacete de Segurança - Tipo II classe B - com protetor de arco elétrico facial e auditivo acoplados:</p> |



| | | |
|----|-------|---|
| | | <p>Capacete com proteção auditiva e facial.</p> <p>Kit combinado de proteção da cabeça, facial e auditiva: capacete de segurança com proteção auditiva e facial, classe b, tipo II (com aba frontal), confeccionado em material plástico de alta densidade.</p> <p>Deve permitir ancoragem de diversos sistemas de proteção ao casco (auditiva e facial).</p> <p>Capacete com performance de absorção de impacto de acordo com a exigência da norma NBR 8221:2019.</p> <p>A carneira deve ter um mínimo quatro pontos de fixação no casco e estar posicionada em forma de cruz com abertura para encaixe de jugular.</p> <p>Suporte para montar conjuntamente protetor facial para arco elétrico e um protetor auditivo de acoplar ao capacete de segurança.</p> <p>Fornecer ao usuário proteção facial, auditiva e à cabeça simultaneamente.</p> <p>Protetor auditivo de segurança tipo concha, constituído por duas conchas em plástico, revestidas com almofadas de espuma em suas laterais, com espumas no interior das conchas.</p> <p>Possui também uma haste de fixação móvel, para manter as conchas firmes e presas ao capacete de segurança.</p> <p>Protetor de ouvido com nível de proteção de no mínimo 19db.</p> <p>Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p> <p>A cor do item será definida pela Contratante no momento do pedido, dentre as opções disponibilizadas.</p> |
| 58 | 78978 | <p>Capuz balaclava para eletricista - risco 2 (II) NR 10:</p> <p>Tamanho único.</p> <p>Retardante a chamas e contra arco elétrico.</p> <p>Para proteção total da cabeça e pescoço contra chamas diretas e calor irradiado de arco elétrico.</p> <p>ATPV mínimo de 10 cal/cm2.</p> <p>Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE</p> <p>A cor do item será definida pela Contratante no momento do pedido, dentre as opções disponibilizadas.</p> |
| 59 | 78985 | <p>Corda de segurança 12 mm para trabalhos em altura:</p> <p>Corda de 12 mm de diâmetro, para trabalhos em altura e atividades com cadeira suspensa e trava quedas, conforme a NR 18.</p> <p>Constituído em trançado triplo e alma central.</p> <p>Trançado externo em multifilamento de poliamida, trançado intermediário e o alerta visual na em cor contrastante.</p> <p>Comprimento: 100 metros (Rolo)</p> <p>Carga de Ruptura mínima: 2.000 kgf.</p> |
| 60 | 78995 | <p>Luva de raspa - Cano curto:</p> <p>Com reforço para maior proteção.</p> <p>Punho com 7 cm.</p> <p>Cano curto.</p> <p>Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE</p> |
| 61 | 79000 | <p>Luva isolante elétrica - Tipo II, classe 2 (17 kV):</p> <p>Tamanhos disponíveis do 8 ao 11 (o tamanho será especificado no pedido).</p> <p>Fabricada em borracha natural.</p> <p>Este equipamento deverá apresentar o selo de marcação do INMETRO.</p> <p>Tensão máxima de uso 17.000 V.</p> |



| | | |
|----|-------|--|
| | | Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Cor: Preta. |
| 62 | 79022 | <p>Talabarte de posicionamento:</p> <p>Talabarte de posicionamento para uso em conjunto com o cinto de segurança tipo paraquedista.</p> <p>Confeccionado em corda de poliamida de 12 mm, com proteção contra desgaste tipo mangueira ou material equivalente.</p> <p>Deve possuir regulador de comprimento em aço inox, alcançando o comprimento de 2,00 m.</p> <p>Equipado com conectores em aço com sistema de trava de segurança tipo rosca.</p> <p>Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE</p> |
| 63 | 79025 | <p>Trava-quedas para corda de 12 mm:</p> <p>Confeccionado em aço inox.</p> <p>Com sistema de travamento automático em caso de queda, para deslocamento vertical.</p> <p>Deve possuir mecanismo de abertura com dupla trava de segurança e alavanca de posicionamento.</p> <p>Acompanha extensor em fita de poliéster de aproximadamente 20 a 30 cm e mosquetão em aço carbono com sistema de trava de rosca.</p> <p>Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE</p> |
| 64 | 78958 | <p>Boné - Tipo árabe:</p> <p>Confeccionado em helanca 100% poliéster, com reforço na aba.</p> <p>Saia com minimamente, 24 cm de altura (do final do gorro a barra da saia).</p> <p>Fechamento: frontal em velcro de, minimamente, 12 cm.</p> <p>A cor do item será definida pela Contratante no momento do pedido, dentre as opções disponibilizadas.</p> |
| 65 | 78959 | <p>Boné com proteção de nuca - Tipo operador de roçadeira:</p> <p>Boné de segurança tipo roçador, destinado à proteção da cabeça, face e região da nuca do usuário.</p> <p>Confeccionado em tecido resistente, proporcionando conforto térmico e durabilidade.</p> <p>Com protetor de nuca integrado, com comprimento mínimo de 20 cm.</p> <p>Com protetor facial em tela (nylon, poliéster ou material equivalente), com tamanho mínimo de 7 polegadas, permitindo ventilação e visibilidade ao usuário.</p> <p>Com sistema de fixação ajustável à cabeça, garantindo adequado encaixe e estabilidade durante o uso.</p> <p>Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p> <p>A cor do item será definida pela Contratante no momento do pedido, dentre as opções disponibilizadas.</p> |
| 66 | 78968 | <p>Calça de motosserrista:</p> <p>Tamanhos disponíveis M, G e GG (o tamanho será especificado no pedido).</p> <p>Calça motosserrista equipamento de proteção individual tipo calça, produzido e confeccionado em tecido 100% poliéster na cor azul marinho na parte externa, agregado e costurado com proteção frontal interna de 8 camadas em tecido poliéster de alta tenacidade, o qual protege os membros inferiores do usuário em uma área de circunscrição mínima de 230 graus, partindo da cintura até o tornozelo.</p> <p>Seu forro interno é confeccionado em poliéster, permite a transpiração e troca de calor produzido pelo corpo humano. Vestimenta composta com uma estrutura de passantes para colocação do cinto e estabilização junto ao corpo, confeccionada com elástico e cordão para ajuste na cintura e um bolso na parte traseira superior.</p> |



| | | |
|----|-------|---|
| | | Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. |
| 67 | 78973 | <p>Capa de chuva - Modelo italiano:</p> <p>Tamanhos disponíveis M, G e GG (o tamanho será especificado no pedido).</p> <p>Capa de chuva modelo italiano com capuz.</p> <p>Capa confeccionada em PVC cor amarela para proteção de tronco e membros superiores contra umidade proveniente de operações com uso de água com capuz e forro.</p> |
| 68 | 78983 | <p>Conjunto de chuva - Tipo motoqueiro:</p> <p>O conjunto conterà: jaqueta com gola alta, mangas compridas e capuz embutido na gola, punhos expansíveis com elástico e velcro para ajuste, refletivo nas costas, fechamento frontal com zíper e velcro, amplos bolsos frontais com fechamento em velcro.</p> <p>Calça com elástico na cintura, barra da calça reta expansível, com botões de ajustes.</p> <p>Conjunto 100% impermeável.</p> <p>Com bolsa para guardar e transportar o conjunto.</p> <p>Cor preta.</p> |
| 69 | 78988 | <p>Kit de EPI - Operador de roçadeira:</p> <p>Conjunto composto por minimamente os 5 (cinco) itens:</p> <p>Protetor auditivo tipo concha: com haste ajustável e atenuação mínima de 16 dB;</p> <p>Óculos de proteção com lentes incolores em policarbonato ou equivalente, com proteção contra impactos e raios UV;</p> <p>Avental de segurança em material impermeável (PVC/bagum), raspa de couro ou equivalente, com tiras de ajuste no pescoço e cintura;</p> <p>Luva de segurança modelo 5 dedos, em couro tipo vaqueta ou material equivalente, com reforço na palma e ajuste no punho;</p> <p>Perneira de segurança em material sintético ou equivalente, com reforço interno e no mínimo 3 talas frontais (PVC ou similar), com sistema de fechamento ajustável.</p> <p>Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p> |
| 70 | 78999 | <p>Luva isolante elétrica - Tipo II, classe 0 (1 kV):</p> <p>Tamanhos disponíveis do 8 ao 11 (o tamanho será especificado no pedido).</p> <p>Fabricada em borracha natural.</p> <p>Este equipamento deverá apresentar o selo de marcação do INMETRO.</p> <p>Tensão máxima de uso 1.000 V.</p> <p>Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.</p> <p>Cor: Preta.</p> |
| 71 | 79015 | <p>Protetor facial - Tipo viseira:</p> <p>Equipamento constituído de coroa e carneira de plástico.</p> <p>Com regulagem de tamanho através de catraca ou ajuste simples e visor de policarbonato incolor.</p> <p>Medindo no mín.: 200 mm de largura e 185 mm de altura.</p> <p>O visor é preso à coroa através de no mín. Um pino central e dois parafusos plásticos com porca tipo borboleta de plástico.</p> <p>Deverá possuir Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE</p> |
| 72 | 79005 | <p>Óculos de proteção – Incolor:</p> <p>Lente em policarbonato incolor.</p> <p>Com armação e visor confeccionados em peça única.</p> <p>Em conformidade com a norma ANSI Z 87.1 e com Certificado de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE válido. Constituídos de armação e visor em policarbonato</p> |



| | | |
|---------|-------|---|
| | | altamente resistente. Lente com, minimamente, tratamento antirrisco, proteção contra raios UVA e UVB. |
| 73 | 79018 | <p>Protetor solar sem repelente - Fator 30:</p> <p>Frasco com minimamente 120 ml.</p> <p>Uso profissional.</p> <p>Loção cremosa.</p> <p>Não oleosa.</p> <p>Resistente à água e suor.</p> <p>Fator 30.</p> <p>Sem repelente.</p> <p>Com filtro contra radiações UVA e UVB, UVA superior ou igual a 1/3 de UVB.</p> <p>Com vitamina E.</p> <p>Sem corantes.</p> <p>Formulação do produto não deverá possuir ingredientes perigosos à pele e a saúde.</p> <p>Não comedogênica.</p> <p>Não formador de comedões (cravos e espinhas).</p> <p>Hipoalérgico.</p> <p>Dermatologicamente testado.</p> <p>Duração do produto de no mínimo 04 (quatro) horas na pele, oferecendo proteção contra os efeitos nocivos da radiação solar e prevenindo queimaduras solares.</p> <p>Com certificado válido da ANVISA.</p> <p>Validade mínima de 12 (doze) meses, contado do momento da entrega.</p> |
| 74 | 79024 | <p>Touca com aba - Tipo de cozinha:</p> <p>Aba em tecido Oxford ou Tergal.</p> <p>Atrás com elástico.</p> <p>Lavável.</p> <p>Cor: Branca.</p> <p>Rede em tule cor: Branca.</p> |
| 75 e 76 | 78982 | <p>Conjunto de chuva:</p> <p>Tamanhos disponíveis M, G e GG (o tamanho será especificado no pedido).</p> <p>Impermeável, confeccionado em tecido laminado de PVC, com touca, blusão com mangas longas, ajuste em elástico nos punhos, fechamento frontal em botão de pressão, zíper ou velcro. Calça com ajuste em elástico e cordoneel.</p> |

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O Plano de Contratações Anual – PCA não foi elaborado no exercício anterior, razão pela qual o objeto da contratação não consta no referido plano.





3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

4.1 A embalagem e composição dos produtos fornecidos deverão, sempre que tecnicamente viável, ser recicláveis, provenientes de materiais reciclados ou biodegradáveis, de modo a reduzir a geração de resíduos e os impactos ambientais decorrentes do fornecimento;

4.2 A contratada deverá adotar, sempre que possível, práticas que reduzam o uso excessivo de embalagens, evitando materiais desnecessários no acondicionamento e transporte dos produtos.

4.3 Quando houver necessidade de substituição dos produtos, em razão de garantia, não conformidade ou defeito, os itens substituídos deverão receber destinação ambientalmente adequada, observadas as normas ambientais vigentes;

4.4 A Contratada deverá observar e cumprir as Normas Brasileiras (NBR) aplicáveis, publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especialmente aquelas relacionadas à gestão e destinação de resíduos sólidos, quando aplicável.

DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

4.5 Não será exigido.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1 Os bens/produtos deverão ser entregues em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho, encaminhada para o e-mail indicado pelo licitante contratado.

5.1.1 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.





5.2 A entrega será no(s) seguinte(s) endereço(s):

| SECRETARIA | ENDEREÇO | RESPONSÁVEL | DEMAIS INFORMAÇÕES |
|--------------------|--|---|--|
| Administração | Rua José Emiliano de Gusmão nº 365 - Centro | Thiago Silva | De Segunda a Sexta-feira, em dias úteis. Das 9h às 11h e das 14h às 17h (44) 3264-8650 |
| SECULT | Rua Jaçanã nº 482 – Centro | Cleiton ou Felipe | De Segunda a Sexta-feira, em dias úteis. Das 8h30 às 11h e das 13h30 às 17h (44) 3126-9526 |
| SEMULHER | Rua Castro Alves nº 2688 –Jd. Ouro Verde | Priscila | De Segunda a Sexta-feira, em dias úteis. Das 7h30 às 17h (44) 3126-9625 |
| SEMUTRANS | Av. Ademar Bornia nº 1035 – Jd. Europa | Adriely ou Moura | (44) 3126-1050 |
| SESP | Rua 1º de maio nº 425 – Pq Industrial | Gabriel ou Jairo | De Segunda a Sexta-feira, em dias úteis. Das 8h às 11h30 e das 13h às 17h30 (44) 3126-9628 |
| Gabinete | Rua José Emiliano de Gusmão nº 565 - Centro | Diego | (44) 3264-8623 |
| Educação | Rua Quatorze de Outubro nº 107 – Pq. Industrial | Flávia/Bruna | (44) 3264-8750 |
| Assistência Social | Rua Taí nº 828 | Alisson | De Segunda a Sexta-feira, em dias úteis. Das 8h30 às 10h e das 14h às 16h (44) 3288-5400 |
| Urbanismo | Av. Maringá nº 713 – Jd. Europa Cemitério - Rua Adelaide Baldo Zanin, s/n Jd. Vera Cruz Departamento de Obras – Rua Primeiro de Maio nº 274 Pq. Industrial | Marcela, Felipe ou Queren (44) 3264-8700 | De Segunda a Sexta-feira, em dias úteis. Das 8h às 11h30 e das 13h às 17h30 De Segunda a Sexta-feira, em dias úteis. Das 8h às 11h e das 13h às 18h De Segunda a Sexta-feira, em dias úteis. Das 7h às 11h e das 13h às 17h |
| Des. Econômico | Avenida Antônio Volpato, 1488 – Jardim Europa | Vinicius | De Segunda a Sexta-feira, em dias úteis. Das 8h às 11h e das 13h às 16h30 (44) 3126-1100 |
| Meio Ambiente | Rua José Galindo Garcia, 805 - Jardim Verão | Michele | Das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17h (44) 3126-9530 |
| Saúde | Avenida Londrina, 1174 – Jardim Independência | William | De Segunda a Sexta-feira, em dias úteis. Das 08h às 11h30 e das 13h às 17h Fábio ou Jorge (44) 3288-7000 |

Tabela 1

5.2.1 Durante a vigência da ARP, eventuais alterações de endereços serão consideradas, prevalecendo o informado no pedido acompanhado da nota de empenho.





5.2.2 Se a entrega requer acesso por escada, cabe ao fornecedor entregar no local solicitado pela área requisitante, sem custos adicionais para o Município.

GARANTIA DO OBJETO

5.3 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), ou o fornecido pelo Licitante/Fabricante, prevalecendo o maior.

CONDIÇÕES PARA MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.4 Não se aplica.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO

6.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.



FISCALIZAÇÃO

6.6 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7 O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.12 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

GESTOR DO CONTRATO

6.15 Cabe ao gestor do contrato:

- I. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de





ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

II. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

III. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

IV. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

V. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

VI. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

VII. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.16 Além das disposições relacionadas acima para gestão e fiscalização do objeto desta licitação, deverá ser observado a [Instrução Normativa nº 17/2023 – Controladoria Geral do Município de Sarandi](#).

6.17 O gestor(es) e fiscal(is) para execução do objeto são os indicados nas Portarias nº 1634/2026 e 2215/2026, ou aquela que vier a substituir.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

RECEBIMENTO

7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável





pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.1 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 3(três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.3 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 3(três) dias úteis.

7.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6 O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

LIQUIDAÇÃO

7.8 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, inciso I do [Decreto nº 1308/2023](#).

7.9 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I. a data da emissão;





- II. os dados do contrato e do órgão contratante;
- III. o período respectivo de execução do contrato;
- IV. o valor a pagar; e
- V. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.11 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- I. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- II. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.12.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.12.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.12.3 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.





PRAZO DE PAGAMENTO

7.14 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 7º, inciso II do [Decreto nº 1308/2023](#).

7.15 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de correção monetária.

FORMA DE PAGAMENTO

7.16 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.17 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.18 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.18.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.19 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço, com adjudicação por item.

O art. 17, § 2º da Lei 14.133/2021 estabelece que as licitações devem ser preferencialmente eletrônicas [...]. O art. 29 dita que o pregão deve ser usado quando o objeto tiver padrões de desempenho e qualidade definidos pelo edital.





O Pregão Eletrônico amplia a participação de empresas, facilita o processo licitatório, reduz o tempo de contratação, incentiva a competição e melhora o controle das despesas.

Os itens a serem adquiridos são considerados comuns, pois possuem especificações de mercado e padrões de qualidade definidos neste instrumento.

No mesmo sentido, vale destacar que o objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme o [Decreto Municipal nº 620/2021](#).

FORMA DE FORNECIMENTO

O fornecimento do objeto será: parcelado.

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nesta licitação optou-se pelo Sistema de Registro de Preços, considerando que atende ao disposto no art. 3º do [Decreto nº 2140/2024 – SRP](#).

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

- I. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- II. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- III. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- IV. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

Justificativa: A aplicação do Sistema de Registro de Preços (SRP) é justificada pela necessidade de assegurar economicidade, eficiência e celeridade nas contratações públicas, conforme preceitua a Lei nº 14.133/21.

O SRP permite a realização de um único processo licitatório para registro de preços, com validade de até um ano, otimizando os recursos administrativos e possibilitando aquisições conforme a demanda, evitando o desperdício. Além disso, promove maior competitividade e melhores condições de fornecimento, garantindo compras em escala e uniformidade nos preços, beneficiando diretamente a administração pública e os fornecedores, especialmente as MPes.





DA PARTICIPAÇÃO

Nesta licitação será vedada a participação de:

- ✓ Empresas reunidas em consórcio.

Justificativa: Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, tendo em vista a natureza do objeto e a simplicidade da execução.

DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1 Além das exigências apresentadas no Edital, a proposta deverá conter:

- ✓ Marca para cada item cotado, em virtude de se garantir que os itens que o(s) fornecedor(es) oferecer(em) na fase da proposta, seja o mesmo a ser entregue a Contratante, na hora da entrega destes, sendo conferido se a marca constante é a mesma.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Habilitação jurídica

8.2 Para fins de Habilitação Jurídica, deverá o interessado apresentar, conforme o caso, o(s) documento(s) a seguir:

- I. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- II. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- III. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- IV. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- V. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a





qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

VI. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VII. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

VIII. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.2.1 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.3 Para fins de Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista, deverá o interessado apresentar, conforme o caso, o(s) documento(s) a seguir:

I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

II. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

III. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

IV. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

V. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;





VI. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.3.2 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.4 Para fins de Qualificação Econômico-Financeira, deverá o interessado apresentar, conforme o caso, o(s) documento(s) a seguir:

- I. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- I. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

Justificativa (art. 18, IX da Lei nº 14133/2021): A qualificação econômico-financeira tem como finalidade demonstrar a capacidade econômica do licitante para arcar com as obrigações da futura contratação. Essa aptidão deve ser verificada de maneira objetiva, por meio de índices e coeficientes econômicos definidos no edital, devidamente justificados no processo licitatório e sustentados por dados e informações condizentes com a natureza e a complexidade do objeto contratado.

9 ASPECTOS CONTRATUAIS

VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços – ARP, será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

9.1.1 O encerramento da vigência não interrompe a obrigação de prestação da garantia e suporte técnico, devendo a CONTRATADA, na falta de compromisso do fabricante, honrá-la durante todo o período estipulado.





REAJUSTE

9.2 Os preços inicialmente registrados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado no MAPA DE PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO (fl. 120 a 125 do processo), em 28/04/2026 (DD/MM/AAAA).

9.2.1 Em caso de reajuste de preços, aplicar-se-á o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

9.3 As regras acerca para reajuste do valor são aquelas definidas na Ata de Registro de Preços/Contrato, anexo do Edital.

SUBCONTRATAÇÃO

9.4 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

9.5 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, visto que os itens a serem solicitados não possuem valores expressamente vultuosos e não vislumbram uma complexidade do qual justifique a necessidade de garantia de contratação.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.6 São obrigações do CONTRATANTE:

- I. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o Edital e seus anexos;
- II. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- III. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- IV. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;



V. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

VI. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste instrumento;

VII. Cientificar a Secretaria Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

VIII. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

a) A Administração terá o prazo de 60 (sessenta), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

IX. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 60 (sessenta);

X. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.7 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.8 O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

I. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

II. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

III. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não





reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

IV. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

V. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

VI. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

VII. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

VIII. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

IX. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

X. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;





- XI. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- XII. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- XIII. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- XIV. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- XV. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.9 O descumprimento das disposições contidas neste Termo de Referência e/ou contratuais sujeita a CONTRATADA as seguintes sanções administrativas:

Sanções aplicáveis

9.10 Ao contratado que incorrer nas infrações acima poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da conduta:

- I. Advertência;
- II. Multa;
- III. Rescisão contratual;
- IV. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município; e
- V. Declaração de inidoneidade.

9.11 A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

Graduação das multas

9.12 As multas poderão ser aplicadas de acordo com o grau de severidade da infração, conforme listado abaixo:





| Grau de severidade | Aplicação |
|--------------------|---|
| L1 – Leve | Advertência formal; |
| M1 – Moderado | Multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; |
| M2 – Moderado | Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e |
| M3 – Moderado | Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação. |
| G1 – Grave | Multa de 0,7% (zero vírgula sete por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e |
| G2 – Gravíssimo | Rescisão contratual cumulada com multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato. |

Tabela 2

9.13 O grau de severidade inicial da penalidade será determinado considerando a conduta e a primariedade ou reincidência da contratada, conforme tabela a seguir:

| Item | Conduta | 1ª vez | 2ª vez | 3ª vez | 4ª vez | 5ª vez | 6ª vez |
|------|--|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 1 | Atraso injustificado do bem | L1 | M1 | M2 | M3 | G1 | G2 |
| 2 | Erro formal na nota fiscal ou documentação | L1 | M1 | M2 | M3 | G1 | G2 |
| 3 | Entrega de produto em embalagem inadequada | L1 | M1 | M2 | M3 | G1 | G2 |
| 4 | Não apresentação de documentação complementar solicitada | L1 | M1 | M2 | M3 | G1 | G2 |
| 5 | Entrega parcial injustificada | M1 | M2 | M3 | G1 | G2 | – |
| 6 | Entrega de produto recusado por não conformidade técnica | M1 | M2 | M3 | G1 | G2 | – |
| 7 | Perder as condições de habilitação durante a execução | M1 | M2 | M3 | G1 | G2 | – |
| 8 | Descumprir determinação formal da fiscalização | M1 | M2 | M3 | G1 | G2 | – |
| 9 | Recusa em substituir item recusado | M2 | M3 | G1 | G2 | – | – |
| 10 | Reincidência de entregas com qualidade inferior | M2 | M3 | G1 | G2 | – | – |
| 11 | Entrega de produto com validade inadequada | M2 | M3 | G1 | G2 | – | – |
| 12 | Ausência de garantia contratual, quando exigida | M2 | M3 | G1 | G2 | – | – |
| 13 | Conduta reiterada que comprometa o abastecimento | M2 | M3 | G1 | G2 | – | – |
| 14 | Entrega de produto com dano, avaria ou defeito | M2 | M3 | G1 | G2 | – | – |
| 15 | Tentativa de renegociação indevida após homologação | M2 | M3 | G1 | G2 | – | – |
| 16 | Envio de documentação falsa ou adulterada | G2 | – | – | – | – | – |
| 17 | Entrega de produto falsificado | G2 | – | – | – | – | – |



| | | | | | | | |
|----|--|----|---|---|---|---|---|
| 18 | Abandono contratual | G2 | - | - | - | - | - |
| 19 | Fraude, conluio ou má-fé na execução | G2 | - | - | - | - | - |
| 20 | Cobrança indevida ou superfaturamento deliberado | G2 | - | - | - | - | - |

Tabela 3

9.14 O rol das infrações descritas na tabela acima não é exaustivo, não excluindo a aplicação de outras sanções previstas em lei.

9.15 O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

9.16 Em caso de atraso ou não cumprimento de obrigação, a severidade inicial da sanção será elevada a cada 05 (cinco) dias úteis, caso a obrigação não seja devidamente adimplida, implicando a cumulação das gradações da(s) sanção(ões) aplicada(s) (L1 + M1 + M2 + M3 + G1 + G2), excetuadas as penas de multas específicas.

9.17 No caso de atraso por mais de 30 (trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, fica facultado ao CONTRATANTE rescindir unilateralmente o contrato.

9.18 A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar, caso o valor do dano seja superior ao valor da multa aplicada.

9.19 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento devido à CONTRATADA, observado o contraditório e a ampla defesa.

9.20 Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

9.21 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao Município, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

9.22 As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.

9.23 A aplicação de multas de graus G1 e G2 poderá ser acompanhada das seguintes sanções:

- I. impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- II. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação e ressarcimento dos prejuízos resultantes, respeitado o limite máximo de 5 (cinco) anos.



9.24 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.25 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.26 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.27 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.28 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.29 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.30 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para o Contratante;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.31 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.32 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à





empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.33 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O valor estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 852.958,39 (oitocentos e cinquenta e dois mil, novecentos e cinquenta e oito reais e trinta e nove centavos).

10.1.1 Para definir os preços máximos aceitáveis, foi realizada uma pesquisa de preços conforme o artigo 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. A metodologia utilizada para determinar esses preços está detalhada no MAPA DE PESQUISA DE MERCADO, que se encontra anexado ao processo, nas folhas 120 a 125.

10.2 Total estimado por área requisitante:

| REQUISITANTE | PEDIDO DE COMPRA | VALOR |
|---------------------------------------|------------------|-----------------------|
| Administração | 8572 | R\$8.892,92 |
| Assistência Social | 8576 | R\$5.959,53 |
| Desenvolvimento Econômico | 8575 | R\$65.258,93 |
| Educação | 8583 | R\$380.797,87 |
| Gabinete | 8582 | R\$1.623,80 |
| Meio Ambiente | 8573 | R\$134.858,98 |
| SECULT | 8579 | R\$1.314,13 |
| Saúde | 8577 | R\$39.160,10 |
| SEMULHER | 8580 | R\$350,10 |
| SEMUTRANS | 8581 | R\$44.366,50 |
| SESP | 8584 | R\$8.785,16 |
| Urbanismo | 8574 | R\$161.590,37 |
| Tota estimado para contratação | | R\$ 852.958,39 |

Tabela 4





11 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Sarandi/PR.

11.2 A contratação poderá atendida pela seguinte dotação:

| | |
|--|--|
| 04.001.04.122.0006.2.061.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO | 08.001.08.244.0014.2.167.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 04.002.02.062.0007.2.062.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO | 08.001.08.244.0014.2.167.3.3.90.30.00.00. - 1011 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 04.003.14.422.0008.2.063.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO | 08.001.08.244.0014.2.167.3.3.90.30.00.00. - 941 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 04.003.14.422.0008.2.063.3.3.90.30.00.00. - 1004 - MATERIAL DE CONSUMO | 08.001.08.244.0040.1.145.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 05.001.04.122.0009.2.081.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO | 08.001.08.244.0040.2.141.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 05.001.04.331.0046.2.083.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO | 08.001.08.244.0040.2.145.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 08.001.08.122.0032.2.151.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO | 08.001.08.244.0040.2.145.3.3.90.30.00.00. - 31940 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 08.001.08.242.0032.2.152.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO | 08.001.08.244.0041.2.171.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 08.001.08.242.0040.2.143.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO | 08.002.08.243.0012.6.002.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 08.001.08.244.0013.2.161.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO | 08.002.08.243.0012.6.012.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 08.001.08.244.0013.2.161.3.3.90.30.00.00. - 31934 - MATERIAL DE CONSUMO | 08.002.08.243.0012.6.013.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 08.001.08.244.0014.2.163.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO | 08.002.08.243.0012.6.013.3.3.90.30.00.00. - 31934 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 08.001.08.244.0014.2.163.3.3.90.30.00.00. - 941 - MATERIAL DE CONSUMO | 08.002.08.243.0012.6.014.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 08.001.08.244.0014.2.164.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO | 08.002.08.243.0012.6.014.3.3.90.30.00.00. - 941 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 08.001.08.244.0014.2.164.3.3.90.30.00.00. - 941 - MATERIAL DE CONSUMO | 08.002.08.243.0012.6.015.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO |





| | |
|---|---|
| 08.002.08.243.0012.6.015.3.3.90.30.00.00. - 941 - MATERIAL DE CONSUMO | 10.001.10.301.0017.2.222.3.3.90.30.00.00. - 3494 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 08.002.08.243.0012.6.016.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO | 10.001.10.301.0017.2.222.3.3.90.30.00.00. - 5494 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 08.002.08.243.0032.2.150.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO | 10.001.10.301.0017.2.222.3.3.90.30.00.00. - 6494 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 08.003.08.241.0032.2.153.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO | 10.001.10.301.0017.2.223.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 08.003.08.241.0034.2.157.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO | 10.001.10.301.0017.2.223.3.3.90.30.00.00. - 1303 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 09.001.18.541.0016.2.201.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO | 10.001.10.301.0017.2.224.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 09.001.18.541.0016.2.201.3.3.90.30.00.00. - 1511 - MATERIAL DE CONSUMO | 10.001.10.301.0017.2.224.3.3.90.30.00.00. - 1303 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 09.001.18.541.0016.2.203.3.3.90.30.00.00. - 1511 - MATERIAL DE CONSUMO | 10.001.10.301.0017.2.241.3.3.90.30.00.00. - 5494 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 09.001.18.541.0016.2.205.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO | 10.001.10.301.0017.2.249.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 09.001.18.541.0016.2.206.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO | 10.001.10.301.0017.2.249.3.3.90.30.00.00. - 1303 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 09.001.18.541.0016.2.206.3.3.90.30.00.00. - 1511 - MATERIAL DE CONSUMO | 10.001.10.301.0017.2.249.3.3.90.30.00.00. - 3303 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 09.001.18.543.0016.2.202.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO | 10.001.10.301.0017.2.252.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 10.001.10.122.0009.2.233.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO | 10.001.10.301.0017.2.252.3.3.90.30.00.00. - 1303 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 10.001.10.122.0009.2.233.3.3.90.30.00.00. - 1303 - MATERIAL DE CONSUMO | 10.001.10.301.0017.2.252.3.3.90.30.00.00. - 5494 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 10.001.10.122.0032.2.234.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO | 10.001.10.301.0017.2.252.3.3.90.30.00.00. - 6494 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 10.001.10.301.0017.2.222.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO | 10.001.10.302.0017.2.226.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 10.001.10.301.0017.2.222.3.3.90.30.00.00. - 1303 - MATERIAL DE CONSUMO | 10.001.10.302.0017.2.226.3.3.90.30.00.00. - 1303 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 10.001.10.301.0017.2.222.3.3.90.30.00.00. - 3303 - MATERIAL DE CONSUMO | 10.001.10.302.0017.2.226.3.3.90.30.00.00. - 6494 - MATERIAL DE CONSUMO |



| | |
|---|---|
| 10.001.10.302.0017.2.227.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO | 10.001.10.304.0018.2.231.3.3.90.30.00.00. - 6494 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 10.001.10.302.0017.2.227.3.3.90.30.00.00. - 1303 - MATERIAL DE CONSUMO | 10.001.10.305.0019.2.228.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 10.001.10.302.0017.2.229.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO | 10.001.10.305.0019.2.228.3.3.90.30.00.00. - 1303 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 10.001.10.302.0017.2.229.3.3.90.30.00.00. - 1303 - MATERIAL DE CONSUMO | 10.001.10.305.0019.2.228.3.3.90.30.00.00. - 6494 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 10.001.10.302.0017.2.244.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO | 10.001.10.305.0019.2.232.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 10.001.10.302.0017.2.244.3.3.90.30.00.00. - 1303 - MATERIAL DE CONSUMO | 10.001.10.305.0019.2.232.3.3.90.30.00.00. - 1303 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 10.001.10.302.0017.2.248.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO | 10.001.10.305.0019.2.232.3.3.90.30.00.00. - 5494 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 10.001.10.302.0017.2.248.3.3.90.30.00.00. - 1303 - MATERIAL DE CONSUMO | 10.001.10.305.0019.2.232.3.3.90.30.00.00. - 6494 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 10.001.10.302.0017.2.248.3.3.90.30.00.00. - 5494 - MATERIAL DE CONSUMO | 10.001.10.305.0019.2.251.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 10.001.10.302.0017.2.248.3.3.90.30.00.00. - 6494 - MATERIAL DE CONSUMO | 10.001.10.305.0019.2.251.3.3.90.30.00.00. - 1303 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 10.001.10.303.0017.2.250.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO | 10.001.10.305.0019.2.251.3.3.90.30.00.00. - 5494 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 10.001.10.303.0017.2.250.3.3.90.30.00.00. - 1303 - MATERIAL DE CONSUMO | 10.001.10.305.0019.2.251.3.3.90.30.00.00. - 6494 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 10.001.10.303.0017.2.250.3.3.90.30.00.00. - 5494 - MATERIAL DE CONSUMO | 11.001.11.243.0012.6.011.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 10.001.10.303.0017.2.250.3.3.90.30.00.00. - 6494 - MATERIAL DE CONSUMO | 11.001.11.334.0020.2.281.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 10.001.10.304.0018.2.231.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO | 11.001.11.334.0020.2.283.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 10.001.10.304.0018.2.231.3.3.90.30.00.00. - 1303 - MATERIAL DE CONSUMO | 11.001.20.606.0021.2.282.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 10.001.10.304.0018.2.231.3.3.90.30.00.00. - 1510 - MATERIAL DE CONSUMO | 11.001.23.691.0044.2.286.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 10.001.10.304.0018.2.231.3.3.90.30.00.00. - 5494 - MATERIAL DE CONSUMO | 11.002.23.695.0032.2.285.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO |



| | |
|---|---|
| 11.002.23.695.0042.2.284.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO | 13.001.27.243.0012.6.009.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 12.001.12.122.0009.2.301.3.3.90.30.00.00. - 1103 - MATERIAL DE CONSUMO | 13.001.27.812.0050.2.383.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 12.001.12.122.0009.2.301.3.3.90.30.00.00. - 1104 - MATERIAL DE CONSUMO | 13.001.27.812.0050.2.384.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 12.001.12.122.0009.2.302.3.3.90.30.00.00. - 1102 - MATERIAL DE CONSUMO | 13.001.27.813.0050.2.385.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 12.001.12.122.0009.2.326.3.3.90.30.00.00. - 1104 - MATERIAL DE CONSUMO | 14.001.06.181.0026.2.401.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 12.001.12.122.0032.2.303.3.3.90.30.00.00. - 1104 - MATERIAL DE CONSUMO | 14.001.06.181.0026.2.401.3.3.90.30.00.00. - 1509 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 12.001.12.366.0031.2.305.3.3.90.30.00.00. - 1103 - MATERIAL DE CONSUMO | 14.001.06.181.0047.2.408.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 12.002.12.365.0022.2.306.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO | 14.001.06.181.0047.2.408.3.3.90.30.00.00. - 1509 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 12.002.12.365.0022.2.306.3.3.90.30.00.00. - 1103 - MATERIAL DE CONSUMO | 14.001.06.181.0048.2.409.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 12.002.12.365.0022.2.306.3.3.90.30.00.00. - 1104 - MATERIAL DE CONSUMO | 14.001.06.451.0026.2.406.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 12.002.12.365.0022.2.307.3.3.90.30.00.00. - 1107 - MATERIAL DE CONSUMO | 14.001.06.451.0026.2.406.3.3.90.30.00.00. - 1509 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 12.002.12.365.0022.2.308.3.3.90.30.00.00. - 1102 - MATERIAL DE CONSUMO | 14.001.26.452.0036.2.405.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 12.003.12.361.0023.2.311.3.3.90.30.00.00. - 1107 - MATERIAL DE CONSUMO | 14.001.26.453.0036.2.403.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 12.003.12.361.0023.2.312.3.3.90.30.00.00. - 1102 - MATERIAL DE CONSUMO | 14.001.26.453.0036.2.404.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 12.003.12.361.0023.2.318.3.3.90.30.00.00. - 1103 - MATERIAL DE CONSUMO | 15.001.04.122.0009.2.421.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 12.003.12.361.0023.2.318.3.3.90.30.00.00. - 1104 - MATERIAL DE CONSUMO | 15.002.15.452.0027.2.026.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 12.003.12.361.0030.2.316.3.3.90.30.00.00. - 1102 - MATERIAL DE CONSUMO | 15.002.15.452.0027.2.423.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO |
| 12.003.12.361.0030.2.316.3.3.90.30.00.00. - 1107 - MATERIAL DE CONSUMO | 17.001.13.392.0033.2.455.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO |



18.001.08.244.0049.2.461.3.3.90.30.00.00. - 1000 -
MATERIAL DE CONSUMO

18.001.08.244.0049.2.463.3.3.90.30.00.00. - 1000 -
MATERIAL DE CONSUMO

18.001.08.244.0049.2.462.3.3.90.30.00.00. - 1000 -
MATERIAL DE CONSUMO

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.





PREFEITURA DE SARANDI
ESTADO DO PARANÁ
Secretaria Municipal de Administração

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Prefeitura do Município de Sarandi/PR apresenta o presente Estudo Técnico Preliminar, destinado à análise das soluções para a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para os servidores das Secretarias Municipais.

A presente aquisição se faz necessária para garantir condições adequadas e seguras de trabalho, bem como o cumprimento da legislação trabalhista e das normas de saúde e segurança do trabalho, contribuindo para a redução dos riscos de acidentes no ambiente laboral e para a promoção de boas condições de saúde e bem-estar aos servidores. Além disso, os equipamentos fornecidos possibilitam a adequada identificação do servidor público no exercício de suas atividades, contribuindo para a percepção de segurança no ambiente de trabalho.

Tais equipamentos são fundamentais para mitigar os riscos inerentes às atividades desempenhadas, promovendo a integridade física dos servidores e contribuindo para um ambiente de trabalho mais saudável, seguro e produtivo. Os itens adquiridos destinam-se ao uso funcional e institucional das Secretarias Municipais, garantindo suporte adequado às atividades administrativas, operacionais e de campo.

A prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, por meio da utilização adequada de Equipamentos de Proteção Individual e de Equipamentos de Proteção Coletiva, contribui para a redução de custos decorrentes de afastamentos, tratamentos médicos e demais impactos relacionados a ocorrências laborais, além de promover melhores condições de segurança, saúde e qualidade na execução das atividades pelos servidores.

Ademais, cabe pontuar que as Atas de Registro de Preços oriundas do Pregão nº 114/2023, última contratação de objeto similar, tiveram sua vigência regularmente encerrada, e que o estoque dos respectivos itens foi consumido de forma natural ao longo da execução das atividades rotineiras das Secretarias Municipais, encontrando-se, atualmente, inexistente ou próximo do esgotamento, o que evidencia a necessidade de instauração de novo procedimento licitatório para a aquisição desses insumos essenciais.

Área requisitante e responsável (eis):

| | |
|-------------|---------------------------------------|
| Área | Secretaria Municipal de Administração |
| Responsável | Newton César Martins |
| Matrícula | 10113 |
| Telefone | (44) 3264-8600 |
| E-mail | sec.adm@sarandi.pr.gov.br |



PREFEITURA DE SARANDI
ESTADO DO PARANÁ
Secretaria Municipal de Administração

2 PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Até o presente momento, este Município não possui Plano de Contratações Anual – PCA.

3 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para a adequada execução do objeto, faz-se necessário que o(s) fornecedor(es):

- forneçam produtos em conformidade com as especificações técnicas definidas no instrumento convocatório, atendendo às normas aplicáveis de segurança e qualidade;
- assegurem que os itens fornecidos sejam novos, sem uso prévio, e adequados ao uso a que se destinam;
- apresentem corretamente a documentação exigida no edital, dentro dos prazos previstos, para fins de participação e regular processamento do certame;
- cumpram os prazos e condições de entrega estabelecidos para os itens contratados;
- possibilitem a verificação e conferência dos produtos no ato do recebimento, mediante a disponibilização das informações necessárias à fiscalização;
- mantenham comunicação eficaz com a Administração durante a execução do contrato, visando ao adequado acompanhamento do fornecimento;
- atendam às orientações da fiscalização quanto ao fornecimento, recebimento, eventual substituição dos produtos e demais providências necessárias à regular execução do contrato.

4 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

| Item | Descrição | Quant. | Unid. |
|------|--------------------------|--------|---------|
| 1 | Avental Térmico | 18 | Unidade |
| 2 | Bota de PVC - Cano curto | 18 | Par |
| 3 | Bota de PVC - Cano longo | 2 | Par |
| 4 | Conjunto de chuva | 2 | Unidade |
| 5 | LUVA LATEX | 600 | Par |



PREFEITURA DE SARANDI

ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Administração

| | | | |
|----|--|----|---------|
| 6 | ÓCULOS DE PROTEÇÃO. | 18 | Unidade |
| 7 | PLACA SINALIZADORA PEQUENA PISO MOLHADO. | 12 | Unidade |
| 8 | Protetor Auditivo - Tipo Plug | 10 | Unidade |
| 9 | MASCARA FACIAL COM RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR. | 60 | Unidade |
| 10 | Calçado de segurança - tipo botina | 2 | Par |
| 11 | Avental de cozinha básico | 18 | Unidade |
| 12 | Calçado de segurança ocupacional | 18 | Par |
| 13 | Luva de segurança | 70 | Par |

As quantidades estimadas foram definidas com base no histórico de consumo observado em contratações anteriores, considerando os quantitativos efetivamente utilizados, bem como a demanda atual da Secretaria Municipal de Administração, acrescidas de margem técnica de segurança destinada a assegurar a continuidade do fornecimento durante a vigência da contratação.

5 LEVANTAMENTO DE MERCADO

| Nº | Solução |
|----|--|
| 1 | Aquisição dos equipamentos de proteção , mediante fornecimento por empresa. |
| 2 | Locação de equipamentos de proteção , mediante contratação de empresa. |

A solução nº 1 — aquisição dos equipamentos de proteção — foi a opção escolhida, considerando critérios de viabilidade técnica, econômica e operacional.

A análise entre a aquisição e a locação de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e de Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) considerou aspectos de viabilidade técnica, econômica e operacional, bem como os impactos na segurança dos servidores, na continuidade das atividades e na autonomia da Administração Pública.



PREFEITURA DE SARANDI

ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Administração

Verifica-se que a maior parte dos itens objeto da contratação consiste em Equipamentos de Proteção Individual, os quais possuem uso estritamente pessoal, demandam adequação individual de tamanho e características específicas e, em alguns casos, apresentam vida útil reduzida ou uso único, circunstâncias que tornam a locação tecnicamente inadequada ou pouco eficiente. Quanto aos Equipamentos de Proteção Coletiva, sua utilização ocorre de forma pontual e complementar, vinculada principalmente à sinalização e à mitigação de riscos no ambiente de trabalho.

O fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva constitui obrigação permanente da Administração Pública enquanto empregadora, nos termos das normas de saúde e segurança do trabalho. Sob a ótica da gestão de riscos, a aquisição direta dos equipamentos possibilita maior previsibilidade no fornecimento, controle de estoque e mitigação de riscos operacionais associados à indisponibilidade, atraso ou falhas na reposição, assegurando a continuidade das atividades e a proteção adequada dos servidores.

Ademais, ainda que equipamentos locados possam ser submetidos a processos de higienização e vistoria, não se afasta a possibilidade de apresentarem desgastes ou sinais de uso anterior, o que pode comprometer a confiança do servidor quanto à eficácia da proteção oferecida.

Soma-se a isso a necessidade de eficiência e agilidade na prestação dos serviços públicos, os quais, em razão de sua relevância, não comportam dependência excessiva de terceiros para reposição ou substituição de equipamentos essenciais. A locação sujeita a Administração à qualidade do serviço prestado pela contratada, incluindo prazos de entrega, disponibilidade de modelos e condições de uso, podendo ocasionar atrasos ou descontinuidade no fornecimento e, conseqüentemente, exposição a riscos ocupacionais.

Diante desse contexto, conclui-se que a solução nº 1 — aquisição de Equipamentos de Proteção — revelou-se a alternativa mais adequada, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

6 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

| Item | Descrição | Quant. | Unid. | Valor unitário | Valor total |
|------|--------------------------|--------|-------|----------------|-------------|
| 1 | Avental Térmico | 18 | UNID | 90,83 | 1.634,94 |
| 2 | Bota de PVC - Cano curto | 18 | PAR | 59,38 | 1.068,84 |
| 3 | Bota de PVC - Cano longo | 2 | PAR | 60,00 | 120,00 |
| 4 | Conjunto de chuva | 2 | UNID | 83,20 | 166,40 |
| 5 | LUVA LATEX | 600 | PAR | 6,50 | 3.900,00 |



PREFEITURA DE SARANDI
ESTADO DO PARANÁ
Secretaria Municipal de Administração

| | | | | | |
|----|--|----|------|-------|----------|
| 6 | ÓCULOS DE PROTEÇÃO. | 18 | UNID | 12,30 | 221,40 |
| 7 | PLACA SINALIZADORA PEQUENA PISO MOLHADO. | 12 | UNID | 31,00 | 372,00 |
| 8 | Protetor Auditivo - Tipo Plug | 10 | UNID | 3,17 | 31,70 |
| 9 | MASCARA FACIAL COM RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR. | 60 | UNID | 1,80 | 108,00 |
| 10 | Calçado segurança – tipo botina | 2 | PAR | 89,00 | 178,00 |
| 11 | Avental de cozinha básico | 18 | UNID | 42,68 | 768,24 |
| 12 | Calçado de segurança ocupacional | 18 | PAR | 80,26 | 1.444,68 |
| 13 | Luva de segurança | 70 | PAR | 10,43 | 730,10 |

Total estimado para contratação: R\$ 10.744,30

Os processos utilizados para realização dessa estimativa do valor da contratação são:

Prefeitura Municipal de Cabralia Paulista
Pregão Eletrônico nº 86/2024

Prefeitura Município de Fazenda Rio Grande
Pregão nº 46/2025

Prefeitura Município de São Miguel da Boa Vista
Pregão nº 73/2025

Prefeitura Município de São Valério do Sul.
Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 015/2025.

Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho.
Dispensa nº 25/2024.

Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Pregão Eletrônico nº 22/2024.



PREFEITURA DE SARANDI

ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Administração

7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na aquisição de Equipamentos de Proteção, mediante contratação de fornecedor(es) especializado(s), visando ao atendimento contínuo das necessidades das Secretarias Municipais.

A execução da solução compreende o fornecimento, a entrega e o recebimento dos equipamentos nas quantidades, especificações técnicas e prazos definidos no instrumento convocatório, observando-se os critérios de qualidade, conformidade e adequação ao uso institucional.

Os itens serão entregues nos locais indicados pela Administração e submetidos à conferência e fiscalização no ato do recebimento, de modo a assegurar a compatibilidade com as exigências técnicas estabelecidas e a adequada utilização pelos servidores.

A execução da contratação dar-se-á mediante solicitações formais da Administração ao fornecedor registrado, conforme a necessidade identificada, com fornecimento parcelado, fiscalização do cumprimento das obrigações e recebimento dos itens em conformidade com as especificações estabelecidas, observada a vigência da Ata de Registro de Preços.

A adoção dessa solução possibilita maior controle administrativo sobre o fornecimento, padronização dos equipamentos utilizados, previsibilidade na reposição dos itens e mitigação de riscos operacionais relacionados à indisponibilidade ou inadequação dos equipamentos, contribuindo para a segurança dos servidores e para a continuidade da prestação dos serviços públicos.

Considerando que a contratação se dará por meio de Ata de Registro de Preços, o fornecimento dos EPIs e EPCs ocorrerá de forma gradativa, conforme a necessidade da Administração, observada a demanda efetiva das Secretarias Municipais.

8 DO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

Conforme o inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, constitui elemento obrigatório do Estudo Técnico Preliminar a justificativa quanto ao parcelamento ou não da contratação.

Diante disso, a contratação será realizada por itens, não sendo necessário o agrupamento em lotes, uma vez que os produtos que compõem o objeto possuem natureza independente entre si e podem ser fornecidos separadamente, não havendo necessidade de que uma única empresa forneça um conjunto de itens.

Nessa linha, a adoção do parcelamento por itens favorece a ampliação da competitividade entre os licitantes, possibilita a participação de fornecedores especializados e encontra respaldo nos princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, especialmente os da isonomia, competitividade e eficiência.



PREFEITURA DE SARANDI
ESTADO DO PARANÁ
Secretaria Municipal de Administração

Critério de julgamento:

- ✓ Menor preço por item

Subcontratação:

- ✓ Não

9 RESULTADOS PRETENDIDOS

Os resultados pretendidos com este certame consistem em assegurar o fornecimento adequado e contínuo de Equipamentos de Proteção Individual às diversas Secretarias do Poder Executivo Municipal de Sarandi, de modo a garantir condições seguras de trabalho, mitigar riscos ocupacionais e contribuir para a regularidade e eficiência na prestação dos serviços públicos.

10 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Não serão necessárias providências a serem tomadas antes da celebração desta(s) Ata(s) de Registro de Preços.

11 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

No momento, não existem contratações correlatas ou interdependentes vinculadas à presente contratação, tratando-se de fornecimento autônomo de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e, de forma complementar, de Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs).

12 POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Quanto aos possíveis impactos ambientais decorrentes da aquisição dos itens do presente certame, destaca-se que estes se relacionam, principalmente, ao descarte dos equipamentos ao final de sua vida útil, especialmente no caso de itens descartáveis ou sujeitos a desgaste.

Nesse contexto, a Administração deverá observar as boas práticas de gestão ambiental, promovendo o descarte adequado dos materiais, em conformidade com a legislação ambiental aplicável e com as orientações dos fabricantes, de modo a mitigar impactos ambientais e evitar a destinação inadequada de resíduos.



PREFEITURA DE SARANDI
ESTADO DO PARANÁ
Secretaria Municipal de Administração

13 CONCLUSÃO DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO PRETENDIDA

Conforme análise realizada no presente Estudo Técnico Preliminar, a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), bem como de Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) para as diversas Secretarias Municipais mostra-se a solução mais adequada para atendimento da demanda identificada. A escolha fundamenta-se na avaliação da importância dos equipamentos, dos benefícios decorrentes do processo, dos requisitos da contratação, da estimativa dos quantitativos, da descrição da solução como um todo e da justificativa quanto ao parcelamento da contratação.

Os resultados pretendidos com a adoção da solução visam assegurar a continuidade das atividades desenvolvidas pelas Secretarias Municipais, garantindo condições adequadas e seguras de trabalho aos servidores e contribuindo para a regularidade e eficiência da prestação dos serviços públicos à população.

Diante do exposto, entende-se justificada a realização do presente certame.

RESPONSÁVEL(IS) PELO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Sarandi, 20 de janeiro de 2026

Gabriel Scuizato Telles



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR CONSOLIDADO

1 FINALIDADE DO ADENDO

O presente adendo tem por finalidade complementar e consolidar o Estudo Técnico Preliminar nº 01/2025, referente ao Registro de Preços para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva, EPI's e EPC's, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Sarandi/PR.

A complementação decorre da necessidade de saneamento formal do planejamento da contratação, conforme apontado pela Procuradoria Jurídica Municipal no Parecer Jurídico nº 452/2026 e reiterado no Parecer Jurídico nº 477/2026, especialmente quanto à necessidade de compatibilização entre o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência, a minuta de edital e a planilha consolidada dos itens.

O Estudo Técnico Preliminar inicialmente elaborado contemplava escopo reduzido, vinculado às demandas primitivas da Secretaria Municipal de Administração, com previsão de 13 itens e valor estimado de R\$ 10.744,30. Posteriormente, durante a instrução da fase preparatória, foram incorporadas demandas de outras secretarias, ampliando o objeto para 76 itens e valor estimado consolidado de R\$ 852.958,39, conforme apurado nos autos e reconhecido no parecer jurídico.

Assim, este adendo não constitui nova contratação nem alteração da natureza do objeto, mas formalização complementar do planejamento, com o objetivo de refletir a integralidade da demanda administrativa atualmente consolidada.

Área requisitante e responsável(is):

| | |
|-------------|---------------------------------------|
| Área | Secretaria Municipal de Administração |
| Responsável | Patrícia Daiane Moraes de Souza |
| Matrícula | 9233 |
| Telefone | (44) 3264-8600 |
| E-mail | sec.adm@sarandi.pr.gov.br |

2 JUSTIFICATIVA DA COMPLEMENTAÇÃO DO ETP

A complementação do Estudo Técnico Preliminar justifica-se em razão da ampliação superveniente do universo de itens e quantitativos inicialmente previstos, decorrente da consolidação das necessidades das Secretarias Municipais participantes.



PREFEITURA DE SARANDI

ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Administração

No momento inicial da elaboração do ETP, a demanda encontrava-se delimitada aos itens identificados pela Secretaria Municipal de Administração. Contudo, no decorrer da instrução processual, verificou-se que outras unidades administrativas também possuíam necessidade de aquisição de Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva, indispensáveis à execução segura de suas atividades administrativas, operacionais, externas e de campo.

A incorporação dessas demandas setoriais mostra-se adequada sob o ponto de vista do planejamento público, pois os itens possuem natureza comum e finalidade convergente: garantir condições adequadas de segurança, saúde e proteção aos servidores municipais no desempenho de suas atribuições funcionais.

Além disso, a consolidação em procedimento único contribui para a racionalização administrativa, evita a abertura de múltiplos processos licitatórios com objetos semelhantes, favorece a padronização mínima das especificações técnicas, amplia a escala de contratação e reforça a eficiência da atuação administrativa.

Dessa forma, a presente Nota de Adendo tem por objetivo sanar a divergência formal identificada entre o ETP inicial e o Termo de Referência, fazendo constar que o planejamento da contratação passa a abranger a totalidade dos 76 itens consolidados, conforme planilha final constante dos autos.

3 MANUTENÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Permanece válida a necessidade descrita no Estudo Técnico Preliminar originário, consistente na aquisição de Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva para garantir condições adequadas e seguras de trabalho, reduzir riscos de acidentes laborais, promover a saúde ocupacional dos servidores e assegurar a continuidade dos serviços públicos municipais.

A ampliação dos itens não altera essa necessidade, mas apenas demonstra que a demanda é mais abrangente do que aquela inicialmente identificada, alcançando outras Secretarias Municipais que também executam atividades sujeitas a riscos ocupacionais ou que demandam equipamentos de proteção, sinalização, ergonomia, segurança e apoio funcional.

Também permanece válido o fundamento relacionado ao encerramento das atas oriundas do Pregão nº 114/2023 e ao consumo natural dos estoques existentes, circunstância já indicada no ETP original como justificativa para instauração de novo procedimento licitatório.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



PREFEITURA DE SARANDI

ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Administração

Permanecem aplicáveis à presente contratação os requisitos gerais já estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar originário, uma vez que a complementação ora realizada não altera a natureza do objeto.

A ampliação do número de itens decorre da consolidação posterior das demandas das demais Secretarias Municipais, sem modificar a finalidade pública inicialmente identificada, consistente em assegurar condições adequadas de segurança, saúde e proteção aos servidores no desempenho de suas atividades funcionais.

A inclusão de novos itens não exige a reformulação dos requisitos gerais da contratação, pois tais requisitos são compatíveis com a totalidade do objeto consolidado e se aplicam a todos os itens da contratação, independentemente da Secretaria demandante, da quantidade estimada ou da especificidade técnica do produto.

Ressalta-se, contudo, que deverão ser observados, para cada item, os requisitos técnicos específicos constantes do Termo de Referência e da planilha consolidada, especialmente quando houver exigência de Certificado de Aprovação (CA), atendimento a normas técnicas, garantia mínima, compatibilidade funcional entre componentes ou demais condições particulares de segurança e desempenho.

No caso de itens interdependentes, como respirador semifacial e respectivos filtros/cartuchos químicos, deverá ser preservada a compatibilidade funcional e mecânica entre os componentes, de modo a assegurar a efetividade da proteção pretendida e evitar riscos à saúde dos servidores usuários.

Dessa forma, os requisitos originalmente previstos permanecem válidos e suficientes como requisitos gerais da contratação, sendo apenas complementados pela observância das especificações técnicas individualizadas dos 76 itens consolidados no Termo de Referência.

5 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A estimativa das quantidades ora consolidada decorre da complementação do levantamento inicialmente realizado no Estudo Técnico Preliminar originário. Na etapa inicial do planejamento, constavam apenas os itens indicados pela Secretaria Municipal de Administração. Contudo, no decorrer da instrução da fase preparatória, outras Secretarias Municipais apresentaram suas necessidades específicas de Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva (EPI's e EPC's), em razão das atividades administrativas, operacionais, externas e de campo desempenhadas por seus servidores.

Dessa forma, os novos itens foram incorporados ao planejamento da contratação a partir das solicitações formais encaminhadas pelas Secretarias municipais, as quais instruem o presente processo administrativo e servirão de fundamento para a composição da demanda consolidada. Os respectivos ofícios, contendo a indicação dos itens, quantitativos e justificativas



PREFEITURA DE SARANDI
ESTADO DO PARANÁ
Secretaria Municipal de Administração

setoriais, permanecerão anexados aos autos, a fim de demonstrar a origem da demanda e assegurar a rastreabilidade do planejamento.

A consolidação dessas demandas resultou na ampliação do objeto para 76 itens, sem alteração da natureza da contratação, que permanece voltada à aquisição de EPI's e EPC's para atendimento das necessidades do Município de Sarandi/PR. A tabela a seguir apresenta a relação consolidada dos itens, unidades e quantitativos estimados que passam a integrar o presente adendo ao Estudo Técnico Preliminar.

| LOTE 01 | | | | |
|---------|-------|--|--------|---------|
| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | QUANT. | UNID. |
| 1 | 79021 | Respirador semifacial para dois filtros | 3 | Unidade |
| 2 | 78987 | Filtro/Cartucho químico para respirador semifacial contra gases ácidos e vapores | 18 | Par |

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | QUANT. | UNID. |
|------|-------|--|--------|---------|
| 3 | 78954 | Avental de cozinha básico | 638 | Unidade |
| 4 | 78957 | Avental térmico | 579 | Unidade |
| 5 | 78960 | Bota de PVC - Cano curto | 1673 | Par |
| 6 | 78961 | Bota de PVC - Cano longo | 1166 | Par |
| 7 | 78963 | Botina de segurança com biqueira | 671 | Par |
| 8 | 78971 | Calçado ocupacional - Tipo sapato polimérico | 863 | Par |
| 9 | 78992 | Luva de látex | 5810 | Par |
| 10 | 78993 | Luva de látex com revestimento | 1170 | Par |
| 11 | 79004 | Máscara PFF2 com válvula de exalação | 990 | Unidade |
| 12 | 79006 | Óculos de proteção ajustável com revestimento - Cinza ou incolor | 513 | Unidade |
| 13 | 79011 | Placa sinalizadora de piso molhado | 167 | Unidade |
| 14 | 79013 | Protetor auditivo auricular - Tipo plug | 1314 | Unidade |
| 15 | 78953 | Apoio ergonômico para os pés | 20 | Unidade |
| 16 | 78955 | Avental de raspa - Sem mangas | 195 | Unidade |
| 17 | 78956 | Avental de raspa - Tipo barbeiro (com mangas) | 110 | Unidade |
| 18 | 78967 | Boné de proteção solar com cobertura de nuca | 200 | Unidade |
| 19 | 78962 | Bota de PVC - Cano médio | 10 | Par |
| 20 | 78964 | Botina de segurança com biqueira e palmilha antiperfurante | 208 | Par |
| 21 | 78970 | Calçado de segurança com fechamento em cadarço | 58 | Par |



PREFEITURA DE SARANDI
ESTADO DO PARANÁ
Secretaria Municipal de Administração

| | | | | |
|----|-------|---|-----|---------|
| 22 | 78974 | Capa de chuva - Tipo nylon | 30 | Unidade |
| 23 | 78975 | Capacete de Segurança - Tipo II Classe B | 93 | Unidade |
| 24 | 78977 | Capacete de Segurança - Tipo II classe B com protetor facial simples e auditivo acoplados | 100 | Unidade |
| 25 | 78979 | Chapéu com proteção de nuca - Tipo legionário | 50 | Unidade |
| 26 | 78980 | Cinta ergonômica | 10 | Unidade |
| 27 | 78981 | Cinturão de segurança - Tipo paraquedista com ancoragem dorsal e lateral | 51 | Unidade |
| 28 | 78986 | Creme de proteção para a pele contra agentes químicos - grupo 2/ óleo resistente | 30 | Unidade |
| 29 | 78989 | Lanterna de cabeça | 5 | Unidade |
| 30 | 78990 | Lanterna tática | 23 | Unidade |
| 31 | 78991 | Luva - Tipo anti-corte | 200 | Par |
| 32 | 78994 | Luva de malha sintética antiderrapante | 110 | Par |
| 33 | 78996 | Luva de raspa - Cano longo | 200 | Par |
| 34 | 78997 | Luva de raspa - Cano médio | 110 | Par |
| 35 | 78998 | Luva de vaqueta | 105 | Par |
| 36 | 79001 | Luva mista de vaqueta e raspa | 270 | Par |
| 37 | 79002 | Luvras tricotada com palma emborrachada | 200 | Par |
| 38 | 79003 | Mangote de proteção - Tipo soldador | 160 | Par |
| 39 | 79007 | Óculos de proteção contra respingos e impactos - Incolor | 110 | Unidade |
| 40 | 79008 | Óculos de proteção de sobreposição - Incolor | 50 | Unidade |
| 41 | 79009 | Perneira de segurança | 50 | Par |
| 42 | 79010 | Perneira de segurança com talas de aço | 50 | Par |
| 43 | 79012 | Protetor auditivo auricular - Tipo concha | 195 | Unidade |
| 44 | 79014 | Protetor de roçagem retrátil com rodas | 15 | Unidade |
| 45 | 79016 | Protetor solar com repelente - Fator 60 | 890 | Unidade |
| 46 | 79017 | Protetor solar com repelente - Fator 60 - 4 litros | 22 | Unidade |
| 47 | 79019 | Protetor solar sem repelente - Fator 60 | 285 | Unidade |
| 48 | 79020 | Repelente de insetos | 700 | Unidade |
| 49 | 79023 | Talabarte em Y com absorvedor de energia | 28 | Unidade |
| 50 | 79026 | Vestimento - Tipo manga (Manguito) | 285 | Par |
| 51 | 79504 | Camiseta operacional refletiva | 150 | Unidade |
| 52 | 79505 | Calça operacional refletiva | 150 | Unidade |



PREFEITURA DE SARANDI
ESTADO DO PARANÁ
Secretaria Municipal de Administração

| | | | | |
|----|-------|--|------|---------|
| 53 | 78965 | Botina de segurança para alta temperatura | 135 | Par |
| 54 | 78966 | Botina de segurança para trabalhos elétricos | 45 | Par |
| 55 | 78969 | Calça de segurança para trabalhos elétricos | 106 | Unidade |
| 56 | 78972 | Camiseta de segurança para trabalhos elétricos | 130 | Unidade |
| 57 | 78976 | Capacete de Segurança - Tipo II classe B - com protetor de arco elétrico facial e auditivo acoplados | 30 | Unidade |
| 58 | 78978 | Capuz balaclava para eletricista - risco 2 (II) NR 10 | 80 | Unidade |
| 59 | 78985 | Corda de segurança 12 mm para trabalhos em altura | 17 | Rolo |
| 60 | 78995 | Luva de raspa - Cano curto | 215 | Par |
| 61 | 79000 | Luva isolante elétrica - Tipo II, classe 2 (17 kV) | 40 | Par |
| 62 | 79022 | Talabarte de posicionamento | 20 | Unidade |
| 63 | 79025 | Trava-quedas para corda de 12 mm | 20 | Unidade |
| 64 | 78958 | Boné - Tipo árabe | 105 | Unidade |
| 65 | 78959 | Boné com proteção de nuca - Tipo operador de roçadeira | 70 | Unidade |
| 66 | 78968 | Calça de motosserrista | 10 | Unidade |
| 67 | 78973 | Capa de chuva - Modelo italiano | 10 | Unidade |
| 68 | 78983 | Conjunto de chuva - Tipo motoqueiro | 8 | Unidade |
| 69 | 78988 | Kit de EPI - Operador de roçadeira | 10 | Unidade |
| 70 | 78999 | Luva isolante elétrica - Tipo II, classe 0 (1 kV) | 16 | Par |
| 71 | 79015 | Protetor facial - Tipo viseira | 50 | Unidade |
| 72 | 79005 | Óculos de proteção - Incolor | 322 | Unidade |
| 73 | 79018 | Protetor solar sem repelente - Fator 30 | 160 | Unidade |
| 74 | 79024 | Touca com aba - Tipo de cozinha | 20 | Unidade |
| 75 | 78982 | Conjunto de chuva | 1176 | Unidade |

COTA RESERVADA À PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | QUANT. | UNID. |
|------|-------|-------------------|--------|---------|
| 76 | 78982 | Conjunto de chuva | 392 | Unidade |



PREFEITURA DE SARANDI

ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Administração

Os quantitativos consolidados decorrem do levantamento das demandas apresentadas pelas Secretarias Municipais participantes, considerando a natureza das atividades executadas, a quantidade estimada de servidores usuários, o histórico de consumo, a reposição de itens sujeitos a desgaste, a necessidade de substituição periódica de EPIs e a conveniência de manutenção de disponibilidade mínima durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Por se tratar de Sistema de Registro de Preços, os quantitativos possuem caráter estimativo, não gerando obrigação de aquisição integral pela Administração, servindo como referência para dimensionamento da contratação, definição do valor estimado e adequada competição entre os fornecedores.

6 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base no Mapa de Pesquisa de Preços de Mercado realizado em 28/04/2026 pelo Departamento de Cotação da Secretaria Municipal de Administração, constante dos autos do processo administrativo.

Com a consolidação das demandas encaminhadas pelas Secretarias Municipais participantes, o valor estimado da contratação passou a refletir a totalidade dos 76 itens previstos no Termo de Referência, observando-se os quantitativos, as unidades de fornecimento e as especificações técnicas constantes da planilha consolidada.

A tabela abaixo apresenta a composição estimada dos itens, com a indicação dos respectivos quantitativos, valores unitários e valores totais, conforme apurado no Mapa de Pesquisa de Preços de Mercado:

| LOTE 01 | | | | | | |
|---------|-------|--|--------|---------|-------------|--------------|
| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | QUANT. | UNID. | VALOR UNIT. | TOTAL |
| 1 | 79021 | Respirador semifacial para dois filtros | 3 | Unidade | R\$ 100,24 | R\$ 300,72 |
| 2 | 78987 | Filtro/Cartucho químico para respirador semifacial contra gases ácidos e vapores | 18 | Par | R\$ 78,70 | R\$ 1.416,60 |

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | QUANT. | UNID. | VALOR UNIT. | TOTAL |
|------|-------|----------------------------------|--------|---------|-------------|---------------|
| 3 | 78954 | Avental de cozinha básico | 638 | Unidade | R\$ 22,31 | R\$ 14.233,78 |
| 4 | 78957 | Avental térmico | 579 | Unidade | R\$ 110,72 | R\$ 64.106,88 |
| 5 | 78960 | Bota de PVC - Cano curto | 1673 | Par | R\$ 36,20 | R\$ 60.562,60 |
| 6 | 78961 | Bota de PVC - Cano longo | 1166 | Par | R\$ 41,76 | R\$ 48.692,16 |
| 7 | 78963 | Botina de segurança com biqueira | 671 | Par | R\$ 58,22 | R\$ 39.065,62 |



PREFEITURA DE SARANDI
ESTADO DO PARANÁ
Secretaria Municipal de Administração

| | | | | | | |
|----|-------|---|------|---------|------------|---------------|
| 8 | 78971 | Calçado ocupacional - Tipo sapato polimérico | 863 | Par | R\$ 80,35 | R\$ 69.342,05 |
| 9 | 78992 | Luva de látex | 5810 | Par | R\$ 5,89 | R\$ 34.220,90 |
| 10 | 78993 | Luva de látex com revestimento | 1170 | Par | R\$ 6,27 | R\$ 7.335,90 |
| 11 | 79004 | Máscara PFF2 com válvula de exalação | 990 | Unidade | R\$ 2,37 | R\$ 2.346,30 |
| 12 | 79006 | Óculos de proteção ajustável com revestimento - Cinza ou incolor | 513 | Unidade | R\$ 6,25 | R\$ 3.206,25 |
| 13 | 79011 | Placa sinalizadora de piso molhado | 167 | Unidade | R\$ 52,96 | R\$ 8.844,32 |
| 14 | 79013 | Protetor auditivo auricular - Tipo plug | 1314 | Unidade | R\$ 1,84 | R\$ 2.417,76 |
| 15 | 78953 | Apoio ergonômico para os pés | 20 | Unidade | R\$ 71,42 | R\$ 1.428,40 |
| 16 | 78955 | Avental de raspa - Sem mangas | 195 | Unidade | R\$ 43,00 | R\$ 8.385,00 |
| 17 | 78956 | Avental de raspa - Tipo barbeiro (com mangas) | 110 | Unidade | R\$ 77,49 | R\$ 8.523,90 |
| 18 | 78967 | Boné de proteção solar com cobertura de nuca | 200 | Unidade | R\$ 33,52 | R\$ 6.704,00 |
| 19 | 78962 | Bota de PVC - Cano médio | 10 | Par | R\$ 37,87 | R\$ 378,70 |
| 20 | 78964 | Botina de segurança com biqueira e palmilha antiperfurante | 208 | Par | R\$ 130,97 | R\$ 27.241,76 |
| 21 | 78970 | Calçado de segurança com fechamento em cadarço | 58 | Par | R\$ 113,58 | R\$ 6.587,64 |
| 22 | 78974 | Capa de chuva - Tipo nylon | 30 | Unidade | R\$ 108,96 | R\$ 3.268,80 |
| 23 | 78975 | Capacete de Segurança - Tipo II Classe B | 93 | Unidade | R\$ 77,30 | R\$ 7.188,90 |
| 24 | 78977 | Capacete de Segurança - Tipo II classe B com protetor facial simples e auditivo acoplados | 100 | Unidade | R\$ 84,29 | R\$ 8.429,00 |
| 25 | 78979 | Chapéu com proteção de nuca - Tipo legionário | 50 | Unidade | R\$ 23,88 | R\$ 1.194,00 |
| 26 | 78980 | Cinta ergonômica | 10 | Unidade | R\$ 45,88 | R\$ 458,80 |
| 27 | 78981 | Cinturão de segurança - Tipo paraquedista com ancoragem dorsal e lateral | 51 | Unidade | R\$ 391,42 | R\$ 19.962,42 |
| 28 | 78986 | Creme de proteção para a pele contra agentes químicos - grupo 2/ óleo resistente | 30 | Unidade | R\$ 8,04 | R\$ 241,20 |
| 29 | 78989 | Lanterna de cabeça | 5 | Unidade | R\$ 71,76 | R\$ 358,80 |
| 30 | 78990 | Lanterna tática | 23 | Unidade | R\$ 36,83 | R\$ 847,09 |
| 31 | 78991 | Luva - Tipo anti-corte | 200 | Par | R\$ 16,79 | R\$ 3.358,00 |
| 32 | 78994 | Luva de malha sintética antiderrapante | 110 | Par | R\$ 6,66 | R\$ 732,60 |
| 33 | 78996 | Luva de raspa - Cano longo | 200 | Par | R\$ 16,06 | R\$ 3.212,00 |
| 34 | 78997 | Luva de raspa - Cano médio | 110 | Par | R\$ 15,16 | R\$ 1.667,60 |
| 35 | 78998 | Luva de vaqueta | 105 | Par | R\$ 14,03 | R\$ 1.473,15 |
| 36 | 79001 | Luva mista de vaqueta e raspa | 270 | Par | R\$ 18,14 | R\$ 4.897,80 |



PREFEITURA DE SARANDI
ESTADO DO PARANÁ
Secretaria Municipal de Administração

| | | | | | | |
|----|-------|--|-----|---------|--------------|---------------|
| 37 | 79002 | Luvas tricotada com palma emborrachada | 200 | Par | R\$ 3,49 | R\$ 698,00 |
| 38 | 79003 | Mangote de proteção - Tipo soldador | 160 | Par | R\$ 29,12 | R\$ 4.659,20 |
| 39 | 79007 | Óculos de proteção contra respingos e impactos - Incolor | 110 | Unidade | R\$ 5,63 | R\$ 619,30 |
| 40 | 79008 | Óculos de proteção de sobreposição - Incolor | 50 | Unidade | R\$ 8,15 | R\$ 407,50 |
| 41 | 79009 | Perneira de segurança | 50 | Par | R\$ 31,52 | R\$ 1.576,00 |
| 42 | 79010 | Perneira de segurança com talas de aço | 50 | Par | R\$ 39,21 | R\$ 1.960,50 |
| 43 | 79012 | Protetor auditivo auricular - Tipo concha | 195 | Unidade | R\$ 56,96 | R\$ 11.107,20 |
| 44 | 79014 | Protetor de roçagem retrátil com rodas | 15 | Unidade | R\$ 1.677,45 | R\$ 25.161,75 |
| 45 | 79016 | Protetor solar com repelente - Fator 60 | 890 | Unidade | R\$ 28,92 | R\$ 25.738,80 |
| 46 | 79017 | Protetor solar com repelente - Fator 60 - 4 litros | 22 | Unidade | R\$ 530,81 | R\$ 11.677,82 |
| 47 | 79019 | Protetor solar sem repelente - Fator 60 | 285 | Unidade | R\$ 23,10 | R\$ 6.583,50 |
| 48 | 79020 | Repelente de insetos | 700 | Unidade | R\$ 17,13 | R\$ 11.991,00 |
| 49 | 79023 | Talabarte em Y com absorvedor de energia | 28 | Unidade | R\$ 157,50 | R\$ 4.410,00 |
| 50 | 79026 | Vestimento - Tipo manga (Manguito) | 285 | Par | R\$ 17,64 | R\$ 5.027,40 |
| 51 | 79504 | Camiseta operacional refletiva | 150 | Unidade | R\$ 47,06 | R\$ 7.059,00 |
| 52 | 79505 | Calça operacional refletiva | 150 | Unidade | R\$ 68,71 | R\$ 10.306,50 |
| 53 | 78965 | Botina de segurança para alta temperatura | 135 | Par | R\$ 181,31 | R\$ 24.476,85 |
| 54 | 78966 | Botina de segurança para trabalhos elétricos | 45 | Par | R\$ 160,44 | R\$ 7.219,80 |
| 55 | 78969 | Calça de segurança para trabalhos elétricos | 106 | Unidade | R\$ 181,49 | R\$ 19.237,94 |
| 56 | 78972 | Camiseta de segurança para trabalhos elétricos | 130 | Unidade | R\$ 208,89 | R\$ 27.155,70 |
| 57 | 78976 | Capacete de Segurança - Tipo II classe B - com protetor de arco elétrico facial e auditivo acoplados | 30 | Unidade | R\$ 131,40 | R\$ 3.942,00 |
| 58 | 78978 | Capuz balaclava para eletricitista - risco 2 (II) NR 10 | 80 | Unidade | R\$ 146,89 | R\$ 11.751,20 |
| 59 | 78985 | Corda de segurança 12 mm para trabalhos em altura | 17 | Rolo | R\$ 457,91 | R\$ 7.784,47 |
| 60 | 78995 | Luva de raspa - Cano curto | 215 | Par | R\$ 10,81 | R\$ 2.324,15 |
| 61 | 79000 | Luva isolante elétrica - Tipo II, classe 2 (17 kV) | 40 | Par | R\$ 617,86 | R\$ 24.714,40 |
| 62 | 79022 | Talabarte de posicionamento | 20 | Unidade | R\$ 208,83 | R\$ 4.176,60 |
| 63 | 79025 | Trava-quedas para corda de 12 mm | 20 | Unidade | R\$ 167,80 | R\$ 3.356,00 |
| 64 | 78958 | Boné - Tipo árabe | 105 | Unidade | R\$ 12,41 | R\$ 1.303,05 |



PREFEITURA DE SARANDI
ESTADO DO PARANÁ
Secretaria Municipal de Administração

| | | | | | | |
|----|-------|--|------|---------|------------|---------------|
| 65 | 78959 | Boné com proteção de nuca - Tipo operador de roçadeira | 70 | Unidade | R\$ 47,05 | R\$ 3.293,50 |
| 66 | 78968 | Calça de motosserrista | 10 | Unidade | R\$ 265,58 | R\$ 2.655,80 |
| 67 | 78973 | Capa de chuva - Modelo italiano | 10 | Unidade | R\$ 35,87 | R\$ 358,70 |
| 68 | 78983 | Conjunto de chuva - Tipo motoqueiro | 8 | Unidade | R\$ 100,38 | R\$ 803,04 |
| 69 | 78988 | Kit de EPI - Operador de roçadeira | 10 | Unidade | R\$ 174,62 | R\$ 1.746,20 |
| 70 | 78999 | Luva isolante elétrica - Tipo II, classe 0 (1 kV) | 16 | Par | R\$ 360,07 | R\$ 5.761,12 |
| 71 | 79015 | Protetor facial - Tipo viseira | 50 | Unidade | R\$ 30,10 | R\$ 1.505,00 |
| 72 | 79005 | Óculos de proteção - Incolor | 322 | Unidade | R\$ 4,68 | R\$ 1.506,96 |
| 73 | 79018 | Protetor solar sem repelente - Fator 30 | 160 | Unidade | R\$ 16,49 | R\$ 2.638,40 |
| 74 | 79024 | Touca com aba - Tipo de cozinha | 20 | Unidade | R\$ 14,48 | R\$ 289,60 |
| 75 | 78982 | Conjunto de chuva | 1176 | Unidade | R\$ 59,53 | R\$ 70.007,28 |

COTA RESERVADA À PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | QUANT. | UNID. | VALOR UNIT. | TOTAL |
|------|-------|-------------------|--------|---------|-------------|---------------|
| 76 | 78982 | Conjunto de chuva | 392 | Unidade | R\$ 59,53 | R\$ 23.335,76 |

O valor estimado consolidado da contratação corresponde ao montante apurado no Mapa de Pesquisa de Preços de Mercado, devendo guardar perfeita compatibilidade com o Termo de Referência, o Edital, o Mapa de Preços e os demais documentos da fase preparatória.

7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Mantém-se a solução originalmente escolhida no Estudo Técnico Preliminar: aquisição dos Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva mediante fornecimento por empresa especializada.

A escolha pela aquisição permanece tecnicamente adequada, uma vez que a maioria dos itens possui uso individual, necessidade de adequação por tamanho, desgaste natural, eventual vida útil reduzida e vinculação direta à segurança do servidor. O próprio ETP inicial já afastou a locação como solução menos eficiente, especialmente diante da necessidade de controle, disponibilidade, reposição e segurança no uso dos equipamentos.

A ampliação do quantitativo e do número de itens não modifica a conclusão técnica anterior, apenas reforça a conveniência administrativa da contratação por registro de preços, considerando a existência de demandas variadas, parceladas e distribuídas entre diversas Secretarias Municipais.



PREFEITURA DE SARANDI
ESTADO DO PARANÁ
Secretaria Municipal de Administração

8 DO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

No Estudo Técnico Preliminar originário, a contratação havia sido estruturada integralmente por itens, com adoção do critério de julgamento de menor preço por item, considerando que os produtos então previstos possuíam natureza independente entre si e poderiam ser fornecidos separadamente.

Com a consolidação posterior das demandas das Secretarias Municipais e a ampliação do objeto para 76 itens, mantém-se, como regra geral, o parcelamento da solução por itens, por se tratar de medida que favorece a competitividade, permite a participação de fornecedores especializados e observa os princípios da isonomia, da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa.

A única alteração em relação ao parcelamento inicialmente previsto consiste na formação de lote específico para os itens interdependentes correspondentes ao respirador semifacial para dois filtros e ao filtro/cartucho químico compatível. Tal agrupamento justifica-se pela necessidade de assegurar compatibilidade funcional e mecânica entre os componentes, evitando risco de aquisição de equipamentos incompatíveis entre si, o que poderia comprometer a efetividade da proteção pretendida e expor os servidores a riscos ocupacionais.

Dessa forma, a contratação adotará modelagem mista de julgamento, sendo:

- a) menor preço por lote para o lote formado pelo respirador semifacial para dois filtros e pelo respectivo filtro/cartucho químico compatível; e
- b) menor preço por item para os demais itens autônomos da contratação.

O agrupamento excepcional desses itens não descaracteriza o parcelamento da solução como regra geral, pois se limita aos componentes que possuem relação técnica de interdependência e compatibilidade obrigatória. Os demais itens permanecerão individualizados, permitindo a disputa isolada e preservando a ampla competitividade do certame.

Deverão ser mantidos, no edital e no Termo de Referência, os preços unitários máximos de aceitabilidade dos itens que compõem o lote, além do valor total máximo do respectivo grupo, em observância ao art. 82, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

Quanto à subcontratação, mantém-se a previsão constante do Estudo Técnico Preliminar originário, não sendo admitida a subcontratação do objeto, por se tratar de fornecimento de bens comuns, com entrega parcelada conforme a necessidade da Administração.



PREFEITURA DE SARANDI

ESTADO DO PARANÁ

Secretaria Municipal de Administração

9 COMPATIBILIZAÇÃO COM O TERMO DE REFERÊNCIA

Com a presente complementação, o Estudo Técnico Preliminar passa a refletir o mesmo universo de itens previsto no Termo de Referência e na minuta do edital, abrangendo a totalidade dos 76 itens e o valor estimado consolidado de R\$ 852.958,39.

A medida atende à recomendação jurídica de saneamento do planejamento, eliminando a divergência anteriormente apontada entre o escopo do ETP e o objeto efetivamente descrito no Termo de Referência e na minuta editalícia.

10 POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Mantém-se a análise constante do Estudo Técnico Preliminar originário quanto aos possíveis impactos ambientais da contratação, especialmente no que se refere ao descarte dos equipamentos ao final de sua vida útil, aos itens descartáveis ou sujeitos a desgaste e à necessidade de observância das boas práticas de gestão ambiental.

A ampliação do objeto para 76 itens não altera a natureza dos impactos ambientais inicialmente identificados, uma vez que a contratação permanece voltada à aquisição de Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva. Todavia, em razão do aumento dos quantitativos e da diversidade dos materiais envolvidos, recomenda-se o reforço das medidas mitigadoras, especialmente quanto ao descarte adequado de embalagens, equipamentos deteriorados, filtros, cartuchos, máscaras, calçados, vestimentas, materiais em PVC, borracha, couro, polímeros e demais resíduos decorrentes do uso regular dos itens.

A Administração deverá orientar as unidades requisitantes quanto à destinação ambientalmente adequada dos materiais após o término de sua vida útil, observando a legislação ambiental aplicável, as orientações dos fabricantes, as normas internas de gestão de resíduos e, quando cabível, os procedimentos de logística reversa, reciclagem ou descarte especializado.

Também deverão ser priorizadas, sempre que compatíveis com a segurança do servidor e com as especificações técnicas do objeto, práticas que reduzam desperdícios, evitem aquisições desnecessárias, promovam o uso racional dos equipamentos e assegurem o armazenamento adequado dos itens, a fim de preservar sua vida útil e reduzir perdas por vencimento, deterioração ou acondicionamento inadequado.

Dessa forma, os impactos ambientais permanecem considerados de baixa complexidade e mitigáveis por meio de gestão adequada dos resíduos, controle de estoque, observância das especificações técnicas e destinação correta dos materiais ao final de sua utilização.



PREFEITURA DE SARANDI
ESTADO DO PARANÁ
Secretaria Municipal de Administração

11 CONCLUSÃO DO COMPLEMENTO

Diante da complementação ora realizada, conclui-se que a contratação permanece tecnicamente viável, economicamente justificável e administrativamente conveniente, desde que observadas as especificações técnicas, os quantitativos consolidados, os valores estimados, as condições de fornecimento e os demais elementos constantes do Termo de Referência e seus anexos.

A presente Nota de Adendo integra o Estudo Técnico Preliminar nº 01/2025 para todos os fins, especialmente para demonstrar a compatibilidade entre o planejamento da contratação e o objeto final do procedimento licitatório, em atendimento à Lei nº 14.133/2021 e às determinações constantes dos pareceres jurídicos emitidos nos autos.

RESPONSÁVEL(IS) PELO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Sarandi, 12 de junho de 2026

Gabriel Scuizato Telles



PROPOSTA DE PREÇOS

Pregão Eletrônico nº ____/____

| LOTE 01 | | | | | | | |
|-------------------|-------|-------|-----------|--------|-------|-------------|-------|
| ITEM | CÓD. | MARCA | DESCRIÇÃO | QUANT. | UNID. | VALOR UNIT. | TOTAL |
| 1 | 79021 | | | | | | |
| 2 | 78987 | | | | | | |
| TOTAL DO LOTE R\$ | | | | | | | |

| ITEM | CÓD. | MARCA | DESCRIÇÃO | QUANT. | UNID. | VALOR UNIT. | TOTAL |
|------|------|-------|-----------|--------|-------|-------------|-------|
| 3 | | | | | | | |
| 4 | | | | | | | |
| 5 | | | | | | | |
| 6 | | | | | | | |

IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE

Razão Social: CNPJ:

Endereço completo:

Cidade/UF:

CEP:

Fone:

E-mail:

DADOS BANCÁRIOS

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE

Nome completo:

CPF:

Endereço completo:

Cidade/UF:

CEP:

Demais condições:

- I. Ao efetuar essa proposta, esta empresa proponente declara ter tomado pleno conhecimento do Edital, do Termo de Referência e dos demais documentos integrantes da presente licitação estando ciente das obrigações das partes e das condições para execução do objeto;



II. Esta empresa proponente declara que todas as despesas diretas e indiretas envolvidas no provimento dos serviços estão incluídas nos valores desta proposta de preços, que possui capacidade técnico-operacional adequada e que os preços são exequíveis;

III. A proposta deve ter validade de, no mínimo, XXX (XXXXXXX) dias.

Local e data: _____, ____ de _____ de 20__.

Razão Social e CNPJ da Empresa Proponente

Identificação e Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente



SARANDI

GOVERNO MUNICIPAL

ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº «NÚMERO_CONTRATO»/«ANO_CONTRATO»

OBJETO

Registro de preços para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva (EPIs e EPCs), para atender às demandas das Secretarias do Município de Sarandi/PR.



A Prefeitura do Município de Sarandi, com sede na rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Centro – CEP 87.111-230 – Sarandi/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 78.200.482/0001-10, neste ato representado pelo Prefeito, o Sr. Carlos Aberto de Paula Júnior, juntamente com o(s) secretário(s) participante(s), considerando o julgamento da Licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº «Número_Licitação»/«Ano_Licitação», Processo Administrativo nº xxx/20xx, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na [Lei nº 14133/21](#), no [Decreto nº 2140/2024 – SRP](#), e em conformidade com as disposições a seguir:

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o *Registro de preços para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva (EPIs e EPCs), para atender às demandas das Secretarias do Município de Sarandi/PR*, de acordo com o Termo de Referência, anexo 1 do Edital do Pregão Eletrônico n.º «Número_Licitação»/«Ano_Licitação», que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social: «Nome_Fornecedor»

CNPJ: «CNPJ_CPF_Fornecedor»

Endereço: «Endereço_Fornecedor» - «Cidade_Fornecedor» - «Estado_Fornecedor» - «CEP_Fornecedor»

Fone/Cel.: «TelComercial_Fornecedor_Contato»

E-mail: «Email_Fornecedor_Contato»

Representante: «Nome_Representante» - CPF: «CPF_Representante»

| LOTE 01 | | | | | | | |
|---------|-------|-------|-----------|--------|-------|-------------|-------|
| ITEM | CÓD. | MARCA | DESCRIÇÃO | QUANT. | UNID. | VALOR UNIT. | TOTAL |
| 1 | 79021 | | | | | | |





| | | | | | | | |
|-------------------|-------|--|--|--|--|--|--|
| 2 | 78987 | | | | | | |
| TOTAL DO LOTE R\$ | | | | | | | |

| ITEM | CÓD. | MARCA | DESCRIÇÃO | QUANT. | UNID. | VALOR UNIT. | TOTAL |
|------|------|-------|-----------|--------|-------|-------------|-------|
| 3 | | | | | | | |
| 4 | | | | | | | |
| 5 | | | | | | | |
| 6 | | | | | | | |

«Itens_Contrato_Por_Lote»

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3 ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será a Prefeitura do Município de Sarandi.

3.2 Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada no [Comunicado Interno nº 485/2025-DL](#).

5 VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.





5.1.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.2.1 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.3 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.3 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3.2 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

I. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital e se obrigar nos limites dela;

I. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

5.4.1 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5 O registro a que se refere o inciso I do item 5.4, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.



5.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o alínea “b) do inciso I do item 5.4 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- I. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *Edital*; e
- II. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

- I. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no Edital, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item alínea “a)” do inciso I do item 5.4, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

- I. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- II. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6 ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.2 Os preços inicialmente registrados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado no MAPA DE PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO (fl. 120 a 125 do processo), em 28/04/2026 (DD/MM/AAAA).

6.2.1 Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2.2 O direito a que se refere o item 6.2.1 deverá ser efetivamente exercido mediante pedido formal do fornecedor até 180 (cento e oitenta dias) após o atingimento do lapso de 12 meses a que se refere o caput desta cláusula, sob pena de preclusão do direito ao seu exercício.

6.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8 O reajuste será realizado por apostilamento.



7 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.





7.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

- I. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- II. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.



9 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- I. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- II. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- III. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- IV. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- V. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- I. Por razão de interesse público;
- II. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- III. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.



10 DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11 DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

11.1 Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

11.1.1 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- I. “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- II. “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- III. “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- IV. “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- V. “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

11.2 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.



11.3 Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

12 CONDIÇÕES GERAIS

12.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

12.2 **No caso de adjudicação por preço global de grupo/ lote de itens**, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

12.3 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Sarandi, Clique ou toque aqui para inserir uma data..

(Nome do Secretário)

«Assinaturas_Contrato»

Secretário xxx

«Nome_Representante»

«nome_fornecedor»

Carlos Alberto de Paula Júnior

Prefeito





Testemunhas:

1 – XX

2 – XX





CADASTRO DE RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Fone/Cel.:

E-mail:

Representante:

CPF:

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QUANT. | UNID. | VALOR UNIT. | TOTAL |
|------|------|-----------|----------------------------|--------|-------|-------------|-------|
| | | | (quando exigido no edital) | | | | |

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Fone/Cel.:

E-mail:

Representante:

CPF:

| ITEM | CÓD. | DESCRIÇÃO | MARCA | QUANT. | UNID. | VALOR UNIT. | TOTAL |
|------|------|-----------|----------------------------|--------|-------|-------------|-------|
| | | | (quando exigido no edital) | | | | |



MUNICÍPIO DE SARANDI
Estado do Paraná

ANÁLISE DE RISCO

SECRETARIA RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Administração

RISCOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO: Consiste na avaliação dos riscos da contratação e da gestão do contrato, e deve embasar a análise de viabilidade da contratação, buscando identificar os riscos do processo de contratação, inclusive considerando as lições e percalços aprendidos em outras contratação desta Municipalidade, evitando assim, repetições de problemas corriqueiros e não solucionados, ou seja, problemas já ocorridos em contratações passadas, bem como, buscará prevenir problemas futuros e previsíveis.

Com a análise, para cada risco identificado, deverá ser informado pela Secretaria Requisitante:

- a) O risco constatado;
- b) A estimativa de probabilidade de ocorrência, qual seja, alta, média ou baixa;
- c) A estimativa do impacto, caso se materialize em ocorrência, informando as consequências desta concretização da previsão de risco em ocorrência;
- d) Definir as ações necessárias para mitigar a probabilidade de ocorrência ou o impacto, caso se concretize;
- e) Definir os responsáveis por cada ação de mitigação;
- f) Definir os períodos de execução das ações de mitigação;

1 – RISCOS DA FASE DE PLANEJAMENTO

| Risco 1 | Definição inadequada dos quantitativos de EPIs necessários | |
|--|--|--|
| Probabilidade | Média | Dano Potencial |
| | | A aquisição de quantitativos insuficientes ou excessivos de EPIs poderá comprometer o atendimento adequado às necessidades dos servidores, ocasionando desabastecimento, desperdício de recursos públicos ou a necessidade de contratações emergências |
| Ação Preventiva | | Responsável |
| Levantamento prévio e análise dos quantitativos necessários, considerando o número de servidores, as atividades desempenhadas e a periodicidade de reposição dos EPIs. | | Contratante |
| Ação de Contingência | | Responsável |
| Reavaliação dos quantitativos estimados e adoção das medidas administrativas cabíveis para ajuste da contratação, quando necessário. | | Contratante |

| | | |
|--|---|---|
| Risco 2 | Falta de informações e/ou equívocos no descritivo dos itens | |
| Probabilidade | Baixa | Dano Potencial |
| | | Poderá vir a ter problemas nos serviços a serem recebidos |
| Ação Preventiva | | Responsável |
| Análise minuciosa dos descritivos dos serviços necessários solicitados | | Contratante |
| Ação de Contingência | | Responsável |
| Revisão dos descritivos dos itens. | | Contratante |

2 – RISCOS DA FASE DE LICITAÇÃO

| | | |
|--|--|--|
| Risco 3 | Licitação com itens desertos ou fracassados. | |
| Probabilidade | Média | Dano Potencial |
| | | O não fornecimento desses itens para a órgão |
| Ação Preventiva | | Responsável |
| Cobranças de requisitos de licitação não restritivos e que apoiem a justa concorrência | | Contratante |
| Ação de Contingência | | Responsável |
| Análise das situações que podem ocasionar em itens desertos ou fracassados buscando corrigi-los. | | Contratante |

| | | | |
|--|---|---|-------------|
| Risco 4 | Apresentação de propostas com EPIs que não atendam integralmente às especificações técnicas exigidas. | | |
| Probabilidade | Média | Dano Potencial | |
| | | A aceitação de propostas com produtos em desconformidade com as especificações técnicas poderá resultar na aquisição de EPIs inadequados para as atividades desempenhadas, comprometendo a segurança dos servidores e ocasionando atrasos no processo licitatório | |
| Ação Preventiva | | | Responsável |
| Análise criteriosa das propostas apresentadas, com verificação do atendimento às especificações técnicas e exigências documentais previstas no edital. | | | Contratante |
| Ação de Contingência | | | Responsável |
| Desclassificação das propostas em desconformidade e adoção das providencias administrativas cabíveis, visando à continuidade regular do certame. | | | Contratante |

3 – RISCOS DA FASE DE GESTÃO DE CONTRATO

| | | |
|---|---|---|
| Risco 5 | Entrega de EPIs em desacordo com as especificações técnicas contratadas | |
| Probabilidade | Baixa | Dano Potencial |
| | | O fornecimento de EPIs em desconformidade com as especificações técnicas estabelecidas no contrato poderá comprometer a segurança dos servidores, ocasionar a rejeição dos produtos, atrasos na execução contratual e a necessidade de substituição dos itens fornecidos. |
| Ação Preventiva | | Responsável |
| Fiscalização rigorosa do recebimento dos EPIs, com conferência das especificações técnicas, certificações exigidas e demais requisitos previstos no contrato. | | Contratante |
| Ação de Contingência | | Responsável |
| Recusa formal dos EPIs em desconformidade e adoção de medidas contratuais cabíveis, incluindo a solicitação de substituição dos itens e, se necessário, a aplicação das penalidades previstas | | Contratante |

| | | |
|--|--------------------------------------|---|
| Risco 6 | Problemas no fornecimento do serviço | |
| Probabilidade | Baixa | Dano Potencial |
| | | A não disponibilidade dos serviços ao órgão |
| Ação Preventiva | | Responsável |
| Impor possíveis multas no processo nestas ocasiões. | | Contratante |
| Ação de Contingência | | Responsável |
| Se necessário, realização de algum procedimento de urgência para fornecimento desses serviços. | | Contratante |

AVALIAÇÃO QUALITATIVA DOS RISCOS: A seguir encontra-se a matriz de avaliação qualitativa dos riscos identificados na contratação.

| PROBABILIDADE DE RISCOS | | |
|-------------------------|----------|------|
| BAIXA | MODERADA | ALTA |
| | 1 | |
| 2 | | |
| | 3 | |
| | 4 | |
| 5 | | |
| 6 | | |

GRAVIDADE NAS CONSEQUÊNCIAS: Neste ponto, a Secretaria Requisitante deverá verificar quais riscos poderão comprometer o resultado da contratação, e desta análise, informar quais riscos devem ser aceitos, providenciando-se as medidas necessárias de mitigação, por meio de ações de prevenção, e quais riscos devem ser sanados, se houver, antes da continuidade do Processo Licitatório.

| GRAVIDADE NAS CONSEQUÊNCIAS | | |
|-----------------------------|----------------|--|
| RISCO | ACEITABILIDADE | MEDIDAS NECESSÁRIAS DE MITIGAÇÃO |
| 01 | ALTA | Deverá ser feito uma análise criteriosa dos itens a serem pedidos no processo, assim como seus corretos descritivos. |
| 02 | ALTA | Analisar corretamente as descrições e documentações solicitadas aos fornecedores, como também um correto processo de cotação, de modo a trazer interesse e competitividade aos fornecedores e evitar restrições. |
| 03 | ALTA | Para desincentivar a possibilidade de problemas no fornecimento do serviço, realizar a correta fiscalização do serviço e se necessário, a aplicação de penalidades cabíveis. |
| 04 | ALTA | Deverá ser realizada a análise técnica das propostas apresentadas, verificando a conformidade dos itens ofertados com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, de modo a evitar a aquisição de produtos inadequados, incompatíveis ou em desacordo com as necessidades da Administração. |
| 05 | ALTA | Deverá ser efetuada a conferência dos produtos no momento do recebimento, verificando quantitativos, características técnicas, prazos e condições de entrega, recusando-se itens em desacordo e exigindo a imediata substituição, conforme previsto contratualmente. |

| | | |
|----|------|---|
| 06 | ALTA | Deverá ser realizada a fiscalização da execução contratual, acompanhando o cumprimento dos prazos de entrega, a conformidade dos produtos fornecidos com as especificações técnicas e a regularidade do fornecimento, adotando-se, quando necessário, medidas corretivas imediatas e a aplicação das penalidades previstas no instrumento contratual. |
|----|------|---|

CONCLUSÃO: Da análise de avaliação dos riscos, conclui-se que a referida contratação, embora sujeita a riscos, possui viabilidade de contratação e execução, sendo os riscos abordados na presente análise de risco, devidamente mitigados por esta Secretaria, viabilizando assim, a continuidade do referido processo licitatório.

De mesmo modo, **DECLARO** estar ciente de todas as implicações administrativas, civis e criminais pelas informações prestadas na presente análise de risco e em relação a elas assumimos de forma solidária a responsabilidade.

Sarandi, 22 de janeiro de 2026

Elaborado por:

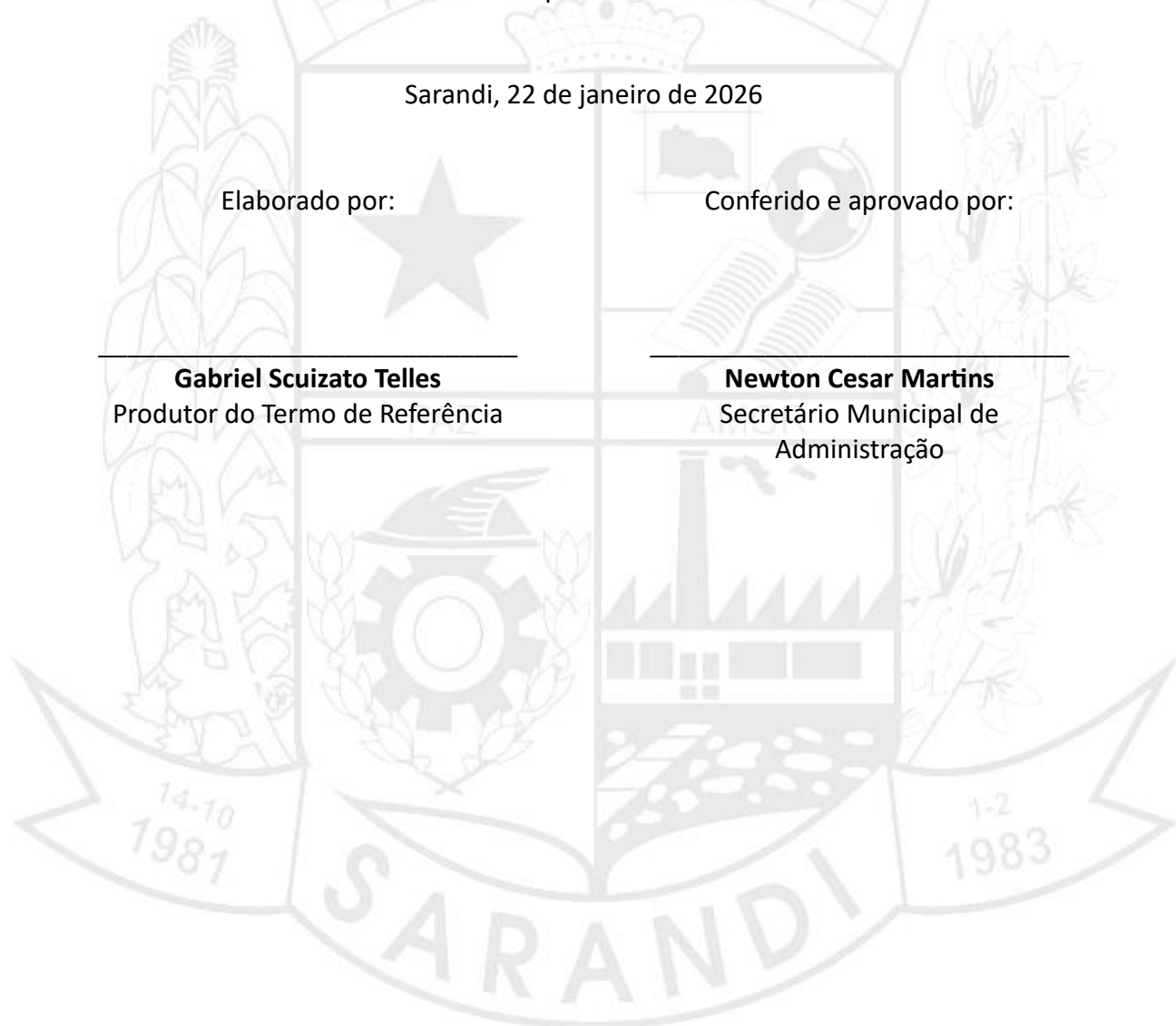
Conferido e aprovado por:

Gabriel Scuizato Telles

Produtor do Termo de Referência

Newton Cesar Martins

Secretário Municipal de
Administração





MUNICÍPIO DE SARANDI
Estado do Paraná

MATRIZ DE RISCO

SECRETARIA RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Administração

MATRIZ DE RISCO: Conforme disposto no inciso XXVII, art. 6º da lei 14.133/2021, a Matriz de Risco consiste em uma cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo as seguintes informações:

- a) Listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar impacto em seu equilíbrio econômico-financeiro e previsão de eventual necessidade de prolação de termo aditivo por ocasião de sua ocorrência;
- b) No caso de obrigações de resultado, estabelecimento das frações do objeto com relação às quais haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico;
- c) No caso de obrigações de meio, estabelecimento preciso das frações do objeto com relação às quais não haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, devendo haver obrigação de aderência entre a execução e a solução predefinida no anteprojeto ou no projeto básico, consideradas as características do regime de execução no caso de obras e serviços de engenharia.

1 – PROCESSOS ANTERIORES

| LICITAÇÃO NÚMERO/ANO: Pregão Presencial n.º 114/2023 | |
|--|------------------------------|
| OBJETO DA LICITAÇÃO | INÍCIO E TÉRMINO DA VIGÊNCIA |
| Registro de preços para possível aquisição de EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) e UNIFORMES para atender a Secretaria de Saúde do Município de Sarandi, bem como para as demais secretarias participantes deste certame | 06/03/2024 a 05/03/2025 |
| ADITIVO, COM A RESPECTIVA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA REALIZADA NO REFERIDO PROCESSO | |
| Houve aditivo de prazo e concomitantemente de valor, prorrogando sua vigência por mais uma vigência. | |

| LICITAÇÃO NÚMERO/ANO: Dispensa n.º 33/2023 | |
|--|------------------------------|
| OBJETO DA LICITAÇÃO | INÍCIO E TÉRMINO DA VIGÊNCIA |
| Aquisição de Equipamento Individuais de Segurança (EPI's), em atendimento à secretaria municipal de Saneamento e Meio Ambiente de Sarandi-PR | 22/11/2023 a 22/01/2024 |
| ADITIVO, COM A RESPECTIVA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA REALIZADA NO REFERIDO PROCESSO | |
| Houve aditivo de prazo e concomitantemente de valor, prorrogando sua vigência por mais uma vigência. | |

| LICITAÇÃO NÚMERO/ANO: Pregão Presencial n.º 94/2022 | |
|--|------------------------------|
| OBJETO DA LICITAÇÃO | INÍCIO E TÉRMINO DA VIGÊNCIA |
| Formação de registro de preços para possíveis aquisições de EPI's e produtos para atender a Defesa Civil por meio da Secretaria de Meio Ambiente e demais áreas requisitantes, de acordo com a necessidade do Município de Sarandi/PR. | 27/02/2023 a 26/02/2024 |
| ADITIVO, COM A RESPECTIVA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA REALIZADA NO REFERIDO PROCESSO | |
| Não houve aditivos da referida Ata de Registro de Preços. | |

| LICITAÇÃO NÚMERO/ANO: Pregão Presencial n.º 137/2021 | |
|---|------------------------------|
| OBJETO DA LICITAÇÃO | INÍCIO E TÉRMINO DA VIGÊNCIA |
| Formação de registro de preços para EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI), para atender as secretarias do Município de Sarandi/PR | 31/01/2022 a 30/01/2023 |
| ADITIVO, COM A RESPECTIVA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA REALIZADA NO REFERIDO PROCESSO | |
| Não houve aditivos da referida Ata de Registro de Preços. | |

2 – RISCOS SUPERVENIENTES À ASSINATURA DO CONTRATO

| LISTAGEM DE POSSÍVEIS EVENTOS SUPERVENIENTES À ASSINATURA DO CONTRATO QUE POSSAM CAUSAR IMPACTO EM SEU EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E PREVISÃO DE EVENTUAL NECESSIDADE DE PROLAÇÃO DE TERMO ADITIVO POR OCASIÃO DE SUA OCORRÊNCIA | |
|--|---|
| POSSÍVEIS EVENTOS SUPERVENIENTES | ÔNUS DOS POSSÍVEIS EVENTOS SUPERVENIENTES |
| 1. Mudanças nas condições de pagamento | Ônus ao Fornecedor |
| JUSTIFICATIVA: Alterações nas políticas de pagamento da prefeitura, como atrasos nos pagamentos podem afetar o fluxo de caixa do fornecedor. | |
| 2. Mudanças nos valores de serviços. | Ônus ao Fornecedor e ao Órgão. |
| JUSTIFICATIVA: Alterações nos valores dos serviços e produtos necessários na execução do objeto, podem impactar nos preços, podendo haver pedidos de reequilíbrio ou reajuste. | |

3 – RISCOS DE OBRIGAÇÕES DE RESULTADO

| ESTABELECIMENTO DAS FRAÇÕES DO OBJETO COM RELAÇÃO ÀS QUAIS HAVERÁ LIBERDADE PARA OS CONTRATADOS INOVAR EM SOLUÇÕES METODOLÓGICAS OU TECNOLÓGICAS, EM TERMOS DE MODIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES PREVIAMENTE DELINEADAS NO ANTEPROJETO OU NO PROJETO BÁSICO | |
|--|--------|
| POSSÍVEIS INOVAÇÕES EM SOLUÇÕES METODOLÓGICAS OU TECNOLÓGICAS, EM TERMOS DE MODIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES CONTRATADAS | FRAÇÃO |

| | |
|---|---|
| Haverá liberdade para os fornecedores inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas. | - |
| JUSTIFICATIVA: Desde que atendidas as condições do Termo de Referência, não se vislumbra óbices a liberdade dos contratados em inovações metodológicas ou tecnológicas | |

4 – RISCOS DAS OBRIGAÇÕES DE MEIO

| | |
|---|---------------|
| ESTABELECIMENTO PRECISO DAS FRAÇÕES DO OBJETO COM RELAÇÃO ÀS QUAIS NÃO HAVERÁ LIBERDADE PARA OS CONTRATADOS INOVAREM EM SOLUÇÕES METODOLÓGICAS OU TECNOLÓGICAS, DEVENDO HAVER OBRIGAÇÃO DE ADERÊNCIA ENTRE A EXECUÇÃO E A SOLUÇÃO PREDEFINIDA NO ANTEPROJETO OU NO PROJETO BÁSICO, CONSIDERADAS AS CARACTERÍSTICAS DO REGIME DE EXECUÇÃO NO CASO DE OBRAS E SERVIÇO DE ENGENHARIA; | |
| SITUAÇÕES EM QUE NÃO SERÁ POSSÍVEL INOVAÇÕES EM SOLUÇÕES METODOLÓGICAS OU TECNOLÓGICAS, EM TERMOS DE MODIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES CONTRATADAS | FRAÇÃO |
| Todas as condições necessárias expostas no Termo de Referência não serão passíveis de inovações em soluções metodológicas ou tecnológicas. | 100 % |
| JUSTIFICATIVA: Visto que são características intrínsecas para execução do objeto, os requisitos do TR não terão margem para inovação, somente novos requisitos. | |

CONCLUSÃO: Da análise da Matriz de Risco, conclui-se que esta, fora elaborada em conformidade com o disposto no inciso XXVII, art. 6º da Lei 14.133/2021, estando os riscos conhecidos desta Municipalidade, devidamente abordados, delimitados e divididos entre a contratante e a contratada, viabilizando assim, a continuidade do referido processo licitatório. De mesmo modo, **DECLARO** estar ciente de todas as implicações administrativas, civis e criminais pelas informações prestadas na presente Matriz de Risco e em relação a elas, assumimos de forma solidária a responsabilidade.

Sarandi-PR, 22 de janeiro de 2026

Elaborado por:

Conferido e aprovado por:

Gabriel Scuizato Telles
 Produtor do Termo de Referência

Newton Cesar Martins
 Secretário Municipal de Administração